

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Iara Porto Lima Mota

Conservadorismo e Serviço Social: sistematizações analíticas da influência do pensamento pós-moderno na formação profissional

Juiz de Fora
2025

Iara Porto Lima Mota

Conservadorismo e Serviço Social: sistematizações analíticas da influência do pensamento pós-moderno na formação profissional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a conclusão da disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Lúcia Duriguetto

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mota, Iara Porto Lima.

Conservadorismo e Serviço Social : sistematizações analíticas da influência do pensamento pós-moderno na formação profissional / Iara Porto Lima Mota. -- 2026.

73 f.

Orientadora: Maria Lúcia Duriguetto

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Serviço Social. 2. Neoconservadorismo. 3. Pós-modernidade. 4. Formação profissional. I. Duriguetto, Maria Lúcia, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Conservadorismo e Serviço Social: sistematizações analíticas da influência do pensamento pós-moderno na formação profissional", para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Iara Porto Lima Mota (matrícula 202019008), sob orientação da Prof.(^a) Dr(^a) Maria Lúcia Duriguetto, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ao 21º dia do mês de janeiro do ano de 2026, às 17h00 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Maria Lúcia Duriguetto	Orientadora
Dra	Luciana Gonçalves Pereira de Paula	Membro da banca
Dra	Ana Luiza Avelar de Oliveira	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota:100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

--

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 16 de janeiro de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 26/01/2026, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Avelar de Oliveira, Professor(a)**, em 26/01/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Chefe de Departamento**, em 30/01/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iara Porto Lima Mota, Usuário Externo**, em 30/01/2026, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2829892** e o código CRC **B349D7DC**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Iara Porto Lima Mota
Matrícula Discente	202019008
Título do TCC	Conservadorismo e Serviço Social: sistematizações analíticas da influência do pensamento pós-moderno na formação profissional
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Maria Lúcia Duriguetto
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	21/01/2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra. Maria Lúcia Duriguetto - orientadora Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula - membro da banca Dra. Ana Luiza Avelar de Oliveira - membro da banca

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 16 de janeiro de 2026.

Maria Lúcia Duriguetto



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 26/01/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ujf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2829908** e o código CRC **DBECB69D**.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa o final deste ciclo acadêmico que foi tão importante para mim. Por isso, agradeço a todos que influenciaram para que eu chegasse até este momento, meu muito obrigada a cada pessoa que influenciou na minha caminhada.

À minha mãe, Aline (*in memoriam*), agradeço por ter me dado a vida e me mostrar todos os dias que me acompanha. A Lavínia um dia escreveu que, daí de cima, você sorriu quando eu escolhi fazer Serviço Social, então hoje, espero que você festeje comigo a vitória de concluir a graduação. Obrigada por ter plantado em mim uma sementinha revolucionária. Eu te amo, saudades!

À minha irmã, Lavínia, obrigada por ser tudo. Por ser minha âncora mas também por me empurrar para voar. Você é muito importante para mim e saiba que tudo que faço é para que você possa se orgulhar de mim. Te amo!

À minha família, obrigada por todo apoio emocional e financeiro todos esses anos para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada por todas as vezes que se interessaram pela minha graduação e por todos os “E o TCC? Como tá indo?”, saibam que vocês me incentivaram a concluir. Meu obrigada especial para meu pai Marcus, minha avó Marilda e meus avós Dilva e Geraldo. Obrigada por todas as oportunidades que me deram, sou muito grata. Amo vocês.

Ao meu amor, Keciley, obrigada por todos os momentos de apoio e incentivo. Obrigada pelos conselhos e trocas sobre qual caminho seguir, por todo colo nos momentos de desespero e pelas comemorações quando dava tudo certo. Com você foi mais fácil concluir. Obrigada por dividir a vida comigo e me mostrar todos os dias que eu consigo ser mais do que imagino. Te amo!

Aos meus amigos, Isabella, Júlia, Caio e João Pedro, nosso grupinho da faculdade! Obrigada por todos os debates pós aula quando a gente não se conformava com alguma coisa nova mas, principalmente, obrigada pelas partidas de UNO e pelas ameixas amarelas nos banquinhos da faculdade. Foram vocês e esses momentos que fizeram a graduação ser mais leve!

Ao grupo de pesquisa GEPEFSS, obrigada pelo acolhimento, pelos ensinamentos e por todas as trocas e amizades. Muito desse trabalho vem dos nossos debates e construções. Em especial à professora Luciana de Paula por ter me permitido participar do grupo.

Às professoras Estela Saleh e Ana Luiza Oliveira, obrigada por terem me permitido ser monitora das suas disciplinas. Foi acompanhado vocês que aprendi muito e tive a certeza da docência.

À Malu, minha orientadora, agradeço por todos os ensinamentos, trocas e por ter confiado em mim e em minha capacidade. Obrigada pelos elogios, me incentivaram muito e vou levá-los sempre comigo. Foi uma honra ser sua orientanda.

À minha banca, professoras Luciana e Ana Luiza, obrigada por aceitarem participar deste momento, suas contribuições, sempre relevantes, irão contribuir muito em meu trabalho.

Por fim, agradeço ao Terreiro de Umbanda Luzeiro Santo, à umbanda, aos orixás e guias que me acompanham. Obrigada por me ajudarem a confiar em mim e por me mostrarem o caminho para que eu possa seguir.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso busca compreender de que forma o neoconservadorismo e as premissas da pós-modernidade influenciam a formação em Serviço Social. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica partindo do método materialista histórico-dialético a fim de nos aprofundarmos sobre a temática para a realização desta análise. Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, trataremos sobre o conservadorismo, suas expressões clássicas, sobre a crise estrutural de 1970, que resultou na transição para o neoconservadorismo, as características deste último e, por fim, sobre as premissas teórico-políticas da pós-modernidade. O segundo capítulo trata sobre a relação do conservadorismo com o Serviço Social, primeiramente compreendendo como suas influências se expressaram na gênese da profissão, posteriormente, sobre o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, em que a profissão busca romper com este conservadorismo. Em seguida, chegamos à forma como o pensamento pós-moderno se manifesta na profissão e, finalmente, tratamos sobre as expressões do neoconservadorismo na formação profissional. O último capítulo busca apresentar a principal análise deste trabalho, tratando dos impactos que o neoconservadorismo e a pós-modernidade aplicam à formação profissional. A partir das análises constatamos que a influência do neoconservadorismo na formação possui um peso relevante e se manifesta de forma expressiva nas produções teóricas da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; neoconservadorismo; pós-modernidade; formação profissional.

ABSTRACT

This final course project seeks to understand how neoconservatism and the premises of postmodernity influence education in social work. To this end, a bibliographic review was conducted using the historical-dialectical materialist method in order to delve deeper into the subject matter for this analysis. This work is organised into three chapters. In the first, we will discuss conservatism, its classical expressions, the structural crisis of 1970, which eventually resulted in the transition to neoconservatism, the characteristics of the latter and, finally, the theoretical and political premises of postmodernity. The second chapter deals with the relationship between conservatism and social work, first understanding how its influences were expressed in the genesis of the profession, then discussing the process of renewal of Brazilian social work, where the profession seeks to break with this conservatism, to arrive at how postmodern thinking manifests itself in the profession and, finally, neoconservatism in professional education. The last chapter seeks to present the main analysis of this work, addressing the impacts that neoconservatism and postmodernity have on professional education. Based on the analyses, we found that the influence of neoconservatism on education has a significant weight and manifests itself expressively in the theoretical productions of the profession.

Keywords: Social Work; neoconservatism; postmodernity; professional education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O PENSAMENTO CONSERVADOR	12
2.1 CONSERVADORISMO CLÁSSICO	12
2.2 ASPECTOS DA CRISE DO CAPITAL E DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS PÓS DÉCADA DE 1970	17
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSERVADORISMO MODERNO E O NEOCONSERVADORISMO	21
2.4 PREMISSAS TEÓRICO-POLÍTICAS DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO	25
3 EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL	34
3.1 O CONSERVADORISMO NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL	34
3.2 O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	38
3.3 AS PREMISSAS PÓS-MODERNAS NO SERVIÇO SOCIAL	41
3.4 O CONSERVADORISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	46
4 NEOCONSERVADORISMO, PREMISSAS PÓS-MODERNAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: aproximações de seus impactos	51
4.1 O NEOCONSERVADORISMO NAS UNIVERSIDADES	51
4.2 OS IMPACTOS DAS PREMISSAS PÓS-MODERNAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	54
4.3 OS IMPACTOS DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO NAS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1 INTRODUÇÃO

O pensamento conservador tem início em um momento histórico marcado por mudanças e revoluções e, não aleatoriamente, esse pensamento surge como uma consequência direta dessas mudanças na sociedade. Marx afirma que “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes [...]” (Marx; Engels, 1845/46, p. 29), por isso, quando em 1789 se inicia a Revolução Francesa, ameaçando o fim da era feudal, os primeiros pensadores conservadores surgem por discordar das mudanças que a instauração do capitalismo causa na Europa.

Com a consolidação do capitalismo e do pensamento conservador, este se apresenta como um pensamento anti-revolucionário e alinhado às ideias da então classe dominante, a burguesia. A partir daí, o conservadorismo vai se desenvolvendo junto à sociedade capitalista, influenciando o senso comum da sociedade e, também, as profissões.

Na década de 1930, no Brasil, o Estado demanda a criação de uma nova profissão, o Serviço Social, a fim de atuar no controle do acirramento da luta de classes, potencializada pelo processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no país. Os sujeitos profissionais são demandados como agentes a serviço do Estado e das frações das classes dominantes para controlar as crescentes demandas da classe trabalhadora, postas em especial pelo aumento das greves e de suas reivindicações. Nessa direção, o Serviço Social surge no berço do conservadorismo, com atuação baseada no controle moral da classe trabalhadora, na vigilância e monitoramento das famílias atendidas. As primeiras assistentes sociais somente eram permitidas se fossem mulheres, de famílias abastadas e relevantes, belas, com vocação para a caridade.

Durante as primeiras décadas, o Serviço Social seguia a doutrina social da Igreja Católica e o positivismo de Mary Richmond, teorias abertamente conservadoras. É somente com o Movimento de Reconceituação na América Latina, na década de 1960-70, que o Serviço Social começa a se aproximar de teorias críticas e inicia este movimento de rompimento com a hegemonia conservadora enquanto profissão.

No Brasil, mais especificamente, acontece o Processo de Renovação da profissão que, entre três vertentes, assume relevância por portar a ruptura com o conservadorismo e por ser herdeira do Movimento de Reconceituação, a vertente da intenção de ruptura (NETTO, 2011). Este “braço” do Processo de Renovação é o que busca romper com o conservadorismo e se apropriar da teoria social crítica de Marx, a fim de romper com um Serviço Social tradicional,

assistencialista e mantenedor da ordem social, para se tornar uma profissão alinhada aos interesses da classe trabalhadora, se entendendo também enquanto tal.

Apesar da consolidação do Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil e da ruptura com o conservadorismo e com o Serviço Social tradicional ser um consenso hegemônico na categoria, a profissão nunca conseguiu se desvincular inteiramente do pensamento conservador. É durante a década de 1990 que, com o avanço do neoliberalismo e as crescentes consequências da crise do capital de 1970, expressões do neoconservadorismo retomam suas forças como expressão ideológica destes processos. Destacamos, aqui, as premissas teórico-políticas do pensamento pós-moderno, que passam a se manifestar na sociedade e, conseqüentemente, no Serviço Social. É este movimento que se busca apreender no trabalho que se apresenta.

O meu interesse pelo tema surgiu a partir da minha aproximação com debates na graduação sobre os fundamentos do Serviço Social. Essa aproximação se deu, para além dos interesses nas disciplinas, primeiramente com a minha inserção no grupo de pesquisa GEPEFFS, na pesquisa da professora Luciana de Paula, e em um segundo momento, com a oportunidade de ser monitora da disciplina Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social IV (FTM IV), nos dois semestres do ano de 2025, ministradas pela professora Ana Luiza Oliveira.

Este trabalho surge, inicialmente, da minha vontade de compreender alguns aspectos específicos do Serviço Social, neste caso a influência do conservadorismo na profissão, e se desenvolve a partir dos meus estudos e aproximações com o tema neste recorte do pensamento pós-moderno enquanto uma expressão do neoconservadorismo na profissão na atualidade.

O momento da construção deste trabalho foi a minha primeira aproximação com o estudo do conservadorismo de forma aprofundada. Este é um dos motivos que demonstra a relevante contribuição que pretendo construir para que este debate se expanda. A entrada recente da disciplina de FTM IV no curso de Serviço Social da UFJF comprova esta recente adição do debate do conservadorismo na graduação, por ser a primeira disciplina que os discentes têm contato com este debate.

Dessa forma, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral analisar a influência do pensamento pós-moderno, enquanto corrente do neoconservadorismo, na formação profissional em Serviço Social. Para isso, se estabelecem os seguintes objetivos específicos: entender o conservadorismo desde seu surgimento, suas expressões clássicas e contemporâneas; analisar de que forma o Serviço Social se desenvolve

enquanto profissão e a influência do conservadorismo nesse processo; compreender o surgimento do pensamento pós-moderno; e, por fim, expor as sistematizações analíticas sobre a influência deste pensamento na formação profissional.

Para alcançar estes objetivos, o estudo aqui apresentado se desenvolve a partir de uma pesquisa exploratória, pois visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 41). Neste caso, esta pesquisa busca tratar sobre uma temática importante para o Serviço Social, a fim de torná-la mais investigada e criar hipóteses interessantes para futuros pesquisadores.

A metodologia escolhida para a elaboração deste trabalho é a revisão bibliográfica, que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 42). A seleção dos artigos, livros, dissertações e teses¹ para esta revisão foi feita a partir de buscas sobre a temática trabalhada, a fim de servir como base para a compreensão e análise da relação entre o neoconservadorismo e o Serviço Social.

Para a apresentação dos conteúdos estudados, analisados e elaborados, este TCC está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta elementos significativos do debate sobre o conservadorismo desde sua gênese; apresenta sua razão de existir, suas motivações e seus principais autores. Também neste primeiro momento, me aproximo da crise de 1970, apresentando suas principais características a fim de explicar o “terreno” de onde surge, além do neoconservadorismo, o pensamento pós-moderno, que são os outros elementos apresentados neste capítulo.

O segundo capítulo aborda a influência do conservadorismo no Serviço Social. Primeiramente, trata sobre o surgimento da profissão, seus elementos constitutivos e sobre como o conservadorismo permeou a profissão de diferentes formas no decorrer de seu processo histórico, de modo a se expressar na formação e no trabalho profissional. A partir dessa compreensão, apresento aspectos que conformam o Processo de Renovação no Serviço Social brasileiro, processo que evidencia mudanças estruturais na profissão, principalmente na sua expressão de “Intenção de ruptura” (Netto, 2011), que rompe com o conservadorismo e se alinha à direção teórico-crítica posta pelo pensamento marxiano e pela tradição marxista.

¹ Os principais materiais utilizados para a revisão bibliográfica foram: o livro “O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica” da Leila Escorsim Netto; as teses “Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade” da Ana Luiza Avelar de Oliveira e “Ambiência pós-moderna, ensino superior e formação em Serviço Social: a hegemonia do pensamento crítico-dialético posta à prova” de Thiago Dehon de Souza; alguns artigos de José Paulo Netto; além da pesquisa da Luciana Cantalice, através de seu artigo “O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional”.

Posteriormente, apresento as principais premissas que o pensamento pós-moderno imprime no Serviço Social, e, por fim, retomo à formação profissional para compreender as influências que o conservadorismo exprime sobre ela ao decorrer da história.

No último capítulo chegaremos ao ponto principal de análise deste trabalho, no qual me aproximo dos impactos que o neoconservadorismo e as premissas pós-modernas influem na formação profissional. Em um primeiro momento, apresento de que forma a pós-modernidade se insere nas universidades e no meio acadêmico. Depois, buscamos compreender essa inserção na formação em Serviço Social para que, por fim, analisemos como essa inserção afeta as produções teóricas na profissão. Ao final deste trabalho apresento minhas considerações finais encontradas a partir desta pesquisa, e os novos questionamentos que surgiram para próximas aproximações com o tema.

2 O PENSAMENTO CONSERVADOR

Para entendimento da relação entre o Serviço Social e o conservadorismo será apresentado, primeiramente, o conceito de conservadorismo na sua origem. Para tal, a compreensão do conservadorismo clássico se mostra fundamental. Dessa forma, além da discussão sobre sua origem e desenvolvimento, será feita uma exposição sobre a influência dos principais autores que fizeram parte da corrente de pensamento conservador neste período.

Em um segundo momento, se discutirá sobre as transformações societárias que ocorreram com a crise do capital na década de 1970, em que se desenvolve um novo padrão de acumulação, toyotista, e um novo regime de regulação social, o neoliberalismo. A partir disso, quais alterações a sociedade é submetida à medida que este neoliberalismo se consolida social e politicamente.

Mais adiante, será realizada a análise do conservadorismo moderno ou neoconservadorismo. Em particular, evidencio essas expressões a partir das elaborações estadunidenses e inglesas de Russel Kirk e Michael Oakeshott. Por fim, premissas do pensamento pós-moderno serão apresentadas de modo a iniciar o debate sobre a influência que exercem na formação profissional.

2.1 CONSERVADORISMO CLÁSSICO

Leila Escorsim Netto, em seu livro “O conservadorismo clássico” (2011), expõe que não existe um consenso sobre como se iniciou nem como o pensamento conservador evoluiu; apesar disso, numa busca em sua construção histórica, é possível expor seu desenvolvimento e suas principais características. O conservadorismo, em essência, é um conceito de difícil caracterização, sem um consenso firmado sobre sua origem e fundamentação; dessa forma, podemos “[...] compreendê-lo como uma unidade constituída por diversidades” (Netto, 2011, p.36). O conservadorismo, é ligado, naturalmente, ao verbo *conservar*, que traz uma noção de preservação daquilo que nos agrada, e, se te agrada, é certo de que somos todos, em alguma medida, conservadores nestas situações.

Porém, essa concepção de conservadorismo, baseado no senso comum, retira a possibilidade de se pensar este conceito enquanto algo histórico. Se o conservadorismo se apresenta sem referências históricas, logo, existe uma negação da história na fundamentação do conservadorismo por seus pensadores, que “concluíram que o conservadorismo não é

apenas uma doutrina política, mas, além disso, está incrustado na essência da própria vida. Essa ideia torna a humanidade, *en masse*, conservadora” (Vincent, 1995, p.66, apud. Netto, 2011, p. 36) de forma que se baseia em uma “particularidade do homem” o fato de querer que o mundo e a vida não se altere ou evolua.

Ao analisar o pensamento conservador pelo debate da teoria política, existe um nível maior de técnica em seu estudo. Podemos dizer que existe um consenso no que diz respeito ao marco histórico de sua origem: a Revolução Francesa. As mudanças políticas, econômicas e sociais que essa revolução gerou foram foco dos pensadores conservadores na época, porém, a industrialização no mundo ocidental também é um fator que dividia essa atenção (Netto, 2011, p. 37). A cronologia evolutiva do conservadorismo, as nomenclaturas e classificações do pensamento no decorrer das produções sobre o tema, também são pontos que se mostram nebulosos à primeira vista. Essas divergências e desencontros de concepções, que muitas vezes foram apresentadas por pensadores conservadores, não é a que iremos trabalhar nesta pesquisa. É necessário que se pense o conservadorismo enquanto conceito científico, histórico, que contribui na formação de uma sociedade, um Estado, e hoje já atingimos este nível de construção teórica para tal (Netto, 2011, p. 36).

Se faz necessário diferenciar conservadorismo do tradicionalismo, antes de se apresentar o conceito de conservadorismo que aqui evidenciaremos. Temos, então, o tradicionalismo como “[...] uma expressão de um modo de vida e de pensamento antigos, ligado ao medo dos prejuízos trazidos pela mudança, geralmente quase exclusivamente se comportando de modo reativo” (Oliveira, 2021, p. 26). Devido a essa reatividade, é difícil ser historicamente verificável, ao contrário do conservadorismo, que se apresenta de forma coerente e verificável, “[...] de modo estrutural, objetivo e dinâmico, vinculado historicamente a determinadas situações” (Oliveira, 2021, p. 26).

Assim, essa pesquisa trabalhará como marco inicial deste pensamento a Revolução Francesa, momento de mudanças estruturais políticas, econômicas e sociais (Netto, 2011, p. 38). “Nisbet (1987) indica que o conservadorismo começa a fazer parte do discurso inglês a partir de 1830, no entanto sua fundamentação filosófica surge com a obra de Burke em 1790” (Oliveira, 2021, p. 27). É a partir dessa revolução que, em conjunto com as próximas, o conservadorismo vai se construindo enquanto pensamento².

A Revolução Industrial foi um processo de alterações não só econômicas, mas também sociais e, conseqüentemente, culturais, que se expandiu por toda a Europa Ocidental. As duas

² Mais à frente explicitaremos a diferença entre o termo utilizado agora “pensamento conservador” e a filosofia social e ciência social, dos quais o pensamento conservador passa a se inserir.

revoluções acima citadas foram movimentos de mudanças na sociedade europeia que favoreceram o que podemos indicar como ponto principal do surgimento desse pensamento: o nascimento e desenvolvimento da sociedade burguesa e, com isso, a ascensão da classe burguesa como classe dominante. Durante a revolução burguesa, a sociedade perde a sua estrutura feudal para desenvolver uma estrutura capitalista (Netto, 2011, p. 42). Com as alterações societárias ocorridas durante as revoluções burguesas, se altera a hegemonia social, a cultura da sociedade burguesa se instaura: a cultura da Modernidade, que modifica estruturalmente a antiga cultura feudal (Netto, 2011, p. 43).

Esta cultura, com seus traços mais determinantes - racionalismo, autonomia individual, humanismo, historicismo - e suas características mais marcantes - secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante -, não só expressa os aspectos ideais do mundo que vem a ser construído pela burguesia revolucionária. Expressa as condições sem as quais as próprias mutações técnico-produtivas seriam inviáveis, uma vez que o desenvolvimento científico, sem o qual é impensável o fenômeno industrializante, é resultado direto daquela cultura, que rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominância dos critérios religiosos (teológicos) para a condução da vida prática etc. (Netto, 2011, p. 43).

É neste período de organização da sociedade burguesa que surge o pensamento conservador. Para os pensadores conservadores, o que os incomodava não era, necessariamente, o desenvolvimento do capitalismo, e sim a forma como as estruturas políticas e sociais estavam sendo alteradas, como pode ser visto em um de seus expoentes: “Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade” (Netto, 2011, p. 45). Burke não recusa as alterações econômicas, e sim as socioculturais.

Além disso, o capitalismo consolidado promove mudanças na estrutura da sociedade que, uma vez feitas, possuem um caráter de irreversibilidade muito grande. “[...] essa irreversibilidade faz muito mais que retirar de projeto restaurador quaisquer chances de viabilidade: altera o próprio papel sócio-histórico da burguesia” (Netto, 2011, p. 46). Com a consolidação da revolução burguesa, a burguesia passa de classe revolucionária à classe dominante e à classe trabalhadora se coloca a possibilidade de se afirmar enquanto classe revolucionária. Neste processo, se consolida a cultura moderna, com valores que sustentam a manutenção do *status quo* da classe burguesa dominante (Netto, 2011, p. 47). Dessa forma, é inegável que o conservadorismo tem como função social a defesa dos “[...] interesses dos privilegiados do *Ancien Régime*, a nobreza fundiária e o alto clero” (Netto, 2011, p. 46), que perdem estes privilégios com as alterações supracitadas.

Se, até então, o conservadorismo se colocava como anti-revolução burguesa, e tinha como princípio a crítica às mudanças políticas promovidas pela burguesia, com a promoção de uma ideia de *restauração*, de retorno à forma societária feudal; agora, pós-1848, com a consolidação da burguesia como classe dominante, o seu pensamento se modifica. Quando se depara “[...] com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução [...]” (Netto, 2011, p. 48). É nesse contexto que, ao alterar sua funcionalidade sociopolítica, por se encontrar enquanto contrarrevolucionário, o conservadorismo altera, também sua estrutura teórica: “[...] alinhando-se agora na defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionário-socialista³, ele tende tanto a estruturar-se como *filosofia social* quanto como *conhecimento científico-social*, seja sob a forma de *ciência social*, seja sob a forma de *teoria política*.” (Netto, 2011, p. 51, grifos da autora). Nessa direção, é importante demarcar o contexto histórico que o pensamento conservador se altera, ou seja, no pós-1848, momento no qual as lutas do proletariado avançam na Europa e se intensifica, na sociedade burguesa, a denominada luta de classes (Guerra, 2020, p. 54).

Nas palavras de Netto:

[...] o pensamento conservador, em seu período clássico - que cobre a Revolução Francesa (1789) à Primeira Guerra Mundial (1914) -, [...] avançou na recusa da ordem social construída pela burguesia revolucionária para uma atitude de defesa da ordem burguesa consolidada (mas ameaçada pelo movimento operário revolucionário). A inflexão no desenvolvimento do pensamento conservador decorre entre 1830 e 1848, precisamente quando se evidencia o esgotamento do ciclo revolucionário burguês. (2011, p. 69)

É nesse período de inflexão que as correntes do pensamento sociológico avançam na defesa da manutenção da sociedade capitalista burguesa. Nesta lógica, se põe a fragmentação do pensamento, e a crítica à análise totalizante da realidade (Guerra, 2020, p. 55). Isso se torna perceptível quando Netto, explica que a sociologia “nasce” trabalhando para a manutenção da realidade burguesa, e que a crise social e a revolução “[...] estão na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo pós-[18]48, a sociologia” (Netto, 2011, p. 52).

Neste sentido,

[...] Depois de 1848, o conservadorismo, confrontado com a "questão social" e o movimento socialista revolucionário de base operária, rendeu-se à

³ Netto, (2011, p. 49), afirma que esta alteração da função social do conservadorismo acontece quando passa “de instrumento ideal de luta antiburguesa, [...] em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado”. Assim, “abrindo mão” da cultura progressista, dando espaço para o novo protagonista revolucionário-*socialista* se apossar.

irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa (Netto, 2011, p. 69).

Enfatiza Iamamoto (2004, p. 24): “Dentre as características do pensamento conservador, destaca-se sua vocação para o passado, terreno germinativo da inspiração para a interpretação do presente”. Isso posto, o conservadorismo se apega a teorias e tradições do passado e baseia nelas a formulação do mundo do seu tempo. Sendo um pensamento contrarrevolucionário, o pensamento conservador considera que a sociedade deve se manter em sua forma já estabelecida e que os problemas que surgirem devem ser resolvidos de modo a manter a autoridade daqueles que se encontram sócio-politicamente dominantes.

Além de alguns autores anteriormente citados, o pensamento conservador teve, no seu decorrer, outras influências. Enquanto Burke e Nisbet se debruçam a discutir sobre a origem do conservadorismo e suas características iniciais e fundantes, Comte e Tocqueville são autores de referência do período transicional do conservadorismo. Estes dois últimos apresentam a mudança do conservadorismo antiburguês para o conservadorismo antiproletariado (Oliveira, 2021, p. 29).

Sendo assim, compreende que o conservadorismo contido no pensamento de Comte, assim como em outros pensadores positivistas, deu-se a partir da articulação entre valores presentes na sociedade feudal e no novo modelo econômico, social e ideopolítico que surgia com a ordem burguesa (Oliveira, 2021, p. 31).

Faz-se necessário apresentar, também, a doutrina social da Igreja Católica que, baseada no tomismo como teoria filosófica, é entendida enquanto grande difusora do pensamento conservador (Oliveira, 2021, p. 40).

Tomás de Aquino considera que o Estado é uma necessidade que deriva da natureza do homem, e sua origem tem relação com a sociedade perfeita, que goza de autonomia. [...] o Estado deve subordinar-se à Igreja quando o interesse temporal tiver relação direta com o divino e eterno, sendo responsabilidade da Igreja a orientação final e decisiva (Silva, 2003, apud. Oliveira, 2021, p. 41).

Com todos estes elementos apresentados até aqui, é perceptível que o conservadorismo clássico nasce tendo a cultura da Modernidade, vinda do Iluminismo e instaurada com a Revolução Francesa, como objeto principal de ataque (Netto, 2011, p. 57). O pensamento conservador clássico possui, além dos aspectos já assinalados, duas bases principais de

defesa: a religião enquanto parte essencial da sociedade e da política, visto que “[...] nenhuma sociedade pode existir sem religião com expressão institucional” (Netto, 2011, p. 58); e, a segunda, que a liberdade não deveria ser baseada na autonomia dos indivíduos pois “[...] fundar a liberdade na autonomia dos indivíduos significava, para Burke, pulverizar a unidade social” (Netto, 2011, p. 59).

A argumentação do pensamento conservador não se altera muito profundamente durante o século XIX, em seu período clássico, e foi resumida por Netto, (2011) a partir destes tópicos: 1) só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição; 2) a liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita; 3) a democracia é perigosa e destrutiva; 4) a laicização é deletéria; 5) a razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social; 6) a desigualdade é necessária e natural.⁴

Como vimos, o conservadorismo passou por processos de alterações em seu período embrionário, sem perder seu principal elemento fundante, a defesa contrarrevolucionária. Por isso, é necessário analisar, também, as mudanças que ocorrem na sociedade capitalista nas décadas subsequentes, para que seja possível compreender os fundamentos do chamado conservadorismo moderno ou neoconservadorismo.

[...] para se pensar o desenvolvimento do pensamento conservador na contemporaneidade é necessário tratar das mudanças no capitalismo, tendo em vista que são consideradas como determinantes para o surgimento dessa nova corrente de pensamento (Oliveira, 2021, p. 43).

Para tal, a seguir, apresentaremos alguns aspectos da crise estrutural do capitalismo da década de 1970 e de que forma influenciaram o desenvolvimento de novas expressões ideológicas do pensamento conservador.

2.2 ASPECTOS DA CRISE DO CAPITAL E DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS PÓS DÉCADA DE 1970

O sistema capitalista tem, como parte integrante, crises cíclicas, que acontecem regularmente e que, ao contrário do que se pode pensar, não o conduzem ao seu fim, na verdade, acabam gerando novas condições para o capitalismo se manter enquanto sistema dominante. Porém, existe um tipo de crise que apresenta algumas diferenças quanto às “rotineiras”, denominado de crise sistêmica (Netto, 2012, p. 415).

⁴ Para maiores descrições em cada um destes tópicos consultar Netto (2011, págs 60-63).

Entretanto, há um tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente, até hoje, por apenas duas vezes: a chamada crise sistêmica, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital (Netto, 2012, p. 415).

Para o autor, uma nova crise sistêmica se iniciou em 1987, com a crise da Bolsa de Nova York e emerge a partir da vinculação de diversas crises postas como cíclicas, mas que estão relacionadas, como a crise dos “Tigres Asiáticos”, a “crise da Bolsa de Nasdaq”, a “crise da bolha imobiliária” e a “crise do euro” (Netto, 2012, p. 416).

Para pensarmos estas crises é necessário que a análise se inicie nos anos de 1970, que foi o período no qual as primeiras transformações societárias se iniciaram e subsidiaram as mudanças que se consolidaram nos anos de 1980 e 1990. O capitalismo já se encontra à margem de uma crise nesta primeira década e se faz necessário analisar seu início para compreender suas consequências.

É em meados da década de 1970 que acontece a primeira recessão generalizada internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que põe em prova as décadas gloriosas do capitalismo monopolista de crescimento econômico no pós-guerra, onde se sustentava, com longas ondas expansivas, o pacto de classes do *Welfare State*⁵. Nesse momento, inicia-se um novo padrão de crescimento, dessa vez com longas ondas recessivas, que força uma mudança de direção na economia capitalista, tornando o *Welfare State* não mais um modelo possível de se sustentar (Netto, 1996, p. 90).

É para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias (Netto, 1996, p. 90).

O padrão de acumulação monopolista de produção, o “fordista-keynesiano”, se caracterizava como um modelo rígido tanto de acumulação quanto de modo de regulação sociopolítica. Em meio a essa crise de recessão, o capitalismo monopolista contemporâneo - também nomeado de capitalismo tardio - inicia as primeiras modificações em sua dinâmica, como forma de manutenção dos processos econômicos de valorização do capital. Desenvolve-se um novo padrão de acumulação – nominado por reestruturação produtiva; acumulação flexível ou Toyotismo. Dentre as diversas modificações que imprime em relação

⁵ “[...] um dos principais pilares de sustentação institucional daquela fase expansiva do capitalismo, ao integrar à sua dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho” (Mota, 2009, p. 6).

ao padrão fordista está a questão da flexibilização das relações e condições de trabalho e a crescente volatilidade espaço-temporal de produção (a produção agora se apresenta de forma segmentada, distribuída no globo, gerando uma desterritorialização dos polos produtivos). Essa fase de flexibilização do padrão de acumulação se desdobra em um modo de regulação também flexível, o neoliberalismo (Netto, 1996, p. 91).

As políticas de ajustes neoliberais vêm para substituir o Estado de Bem Estar Social nos países em que o implementava com diferentes particularidades. Em conjunto, a acumulação flexível e o neoliberalismo podem ser sintetizados em uma trílice “flexibilização” das relações de trabalho, da desregulamentação das relações comerciais e na privatização do patrimônio estatal. Estes três elementos se relacionam intrinsecamente. Este último, o mais visível ao olho do senso comum na sociedade, serviu para entregar diversas empresas estatais nas mãos da iniciativa privada, de modo que sua regularização se tornou mais difícil. O que nos leva à desregulamentação, segunda característica, que facilitou ao capital financeiro movimentações mais ágeis e “liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis”. Por último, a flexibilização, sua primeira característica, além de alterar e fragilizar as relações de trabalho, as lutas da classe trabalhadora e buscar desvalorizar as conquistas legais que essa classe alcançou; também flexibilizou os padrões de produção (Netto, 2012, p. 417).

Dessas alterações no padrão de acumulação, é fomentada alterações no mundo do trabalho e decerto, nas estruturas das classes.

No conjunto dos que vivem da venda da sua força de trabalho, está claro que a classe operária que fixou a sua identidade classista (sindical e político-partidária) enfrentando o capitalismo monopolista experimenta mudanças significativas, afetada que é por diferenciações, divisões, cortes e recomposições - refratando as novas clivagens postas por alterações na divisão social e técnica do trabalho (Netto, 2012, p. 418).

E ainda:

[...] o chamado ‘mercado de trabalho’ vem sendo radicalmente reestruturado - e de todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (Netto, 2012, p. 417).

Essas mudanças têm sua explicação fundada naquela mesma trílice apresentada anteriormente.

É inquestionável que a "desregulamentação" que o grande capital vem implementando hipertrofia as atividades de natureza financeira [...], cada vez mais autonomizadas de controles estatal-nacionais e dotadas, graças às

tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada — a "fábrica difusa" —, que é fomentada em vários ramos, propicia uma "mobilidade" (ou "desterritorialização") dos polos produtivos [...]. Ao mesmo tempo, os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital [...] (Netto, 2012, p. 417).

Por isso, temos que as alterações que aconteceram subsequentes à crise que se iniciou na década de 1970 modificaram o mundo do trabalho na sociedade capitalista. A crise no capitalismo tem como impacto, para os capitalistas, o seu poder ameaçado; enquanto para os trabalhadores, sua submissão intensificada (Mota, 2009, p. 4).

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho. A classe trabalhadora é também atingida pelos processos de privatização, inicialmente através da venda de empresas produtivas estatais, seguindo-se uma ampla ofensiva mercantil na área dos serviços sociais e de infra-estrutura, tais como os de saúde, previdência, educação, saneamento, habitação etc., amparados pela liberalização da economia, sob a égide da liberdade de mercado e retração da intervenção do Estado (Mota, 2009, p. 9).

E é por isso que,

Amparada pela naturalização da mercantilização da vida, essa reforma social e moral busca, entre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; e a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios (Mota, 2006, apud. Mota, 2009, p. 14).

Com essas alterações do modo de produção e reprodução do sistema capitalista - e consequentemente, da sociedade de classes - o pensamento conservador também desenvolve novas acepções teóricas e políticas. Veremos, a seguir, de que forma o conservadorismo dito moderno se apresenta nessa conjuntura. Yazbek expõe que “[...] com o advento do neoliberalismo no enfrentamento da crise estrutural do capital a partir dos anos de 1970, convivemos com faces reformistas desse pensamento [...]” (2020, p. 302), pois o conservadorismo está a serviço do capital e de sua manutenção. A partir das novas demandas que surgem para essa manutenção, o pensamento conservador se adapta com o intuito de manter sua edificação.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSERVADORISMO MODERNO E O NEOCONSERVADORISMO⁶

O conservadorismo se desenvolve à medida que o capitalismo também vai se desenvolvendo e é, no marco das décadas de 1960-70, que o pensamento conservador moderno se consolida (Souza, 2015, p. 5). Com as mudanças na sociedade capitalista explicitadas anteriormente, o conservadorismo se vê em um cenário em que precisa modificar algumas de suas características para se manter condizente. Nessa direção, o conservadorismo passa por uma ampliação de seus alicerces de saberes. A primeira e significativa aproximação e, posteriormente apropriação, é de conceitos do liberalismo. “Os conservadores preservam suas tradicionais ressalvas à estruturação de valores que possam ser universalizados, como o individualismo da tradição liberal [...]” (Souza, 2015, p. 6). Além disso, o conservadorismo moderno se apropria do termo “totalitarismo” de Hannah Arendt, o qual utiliza para nivelar experiências fascistas e socialistas.

O conservadorismo moderno incorporou o conceito de “totalitarismo” nesses termos niveladores e, com ele, elaborou uma concepção de mundo que encastela o significado ontológico do tempo presente, esvaziando-o do devir histórico. [...] Com essa blindagem “presentista” (nem passado - reacionário, nem futuro-revolucionário, somente o presente importa), o conservadorismo moderno acredita estar se movendo em bases “progressistas” (Souza, 2015, p. 7).

O “presentismo”, que aparece nesta passagem acima, é mais um dos conceitos apropriados pelo conservadorismo moderno. Esta forma de se pensar e analisar o mundo com interesse exclusivo no presente, no agora, demonstra a decadência ideológica que integra o pensamento burguês, a negação à história que se põe. “Como consequência lógica e histórica desse ‘presentismo’, o conservadorismo moderno cancela a possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (Souza, 2015, p. 7).

Um outro aspecto do conservadorismo moderno que trataremos é a sua autoimagem, a qual diz sobre a percepção dos conservadores sobre si mesmos. Souza apresenta como essa autoimagem aparece neste momento do conservadorismo moderno com um aspecto psicologizante. O conservadorismo é apresentado, então, como “traço de personalidade”, “forma de ser” do homem, “condição humana”, concepção que gera uma omissão de conteúdo político, social e histórico deste pensamento (Souza, 2015, p. 9).

⁶ Neste trabalho, conservadorismo moderno e neoconservadorismo são compreendidos como sinônimos.

Ademais, apresentaremos as principais características do neoconservadorismo estadunidense e inglês, os principais autores que defendem este pensamento em seus respectivos países e uma comparação entre suas teorias, a fim de compreender suas expressões para o neoconservadorismo no Brasil.

Com esta apresentação inicial, busca-se elucidar as principais alterações que o conservadorismo passou para ser classificado, agora, como neoconservadorismo. Essas mudanças podem ser compreendidas ao nos debruçarmos sobre o neoconservadorismo estadunidense e inglês, que mais influenciam este pensamento no Brasil (Oliveira, 2021, p. 60).

Vital (2013, apud. Oliveira, 2021, p. 61) aponta três pilares do neoconservadorismo estadunidense, que se estruturam a partir de 1950. O primeiro pilar é a crítica à política econômica keynesiana e ao *Welfare State*, na defesa de um Estado mais limitado e com maior liberdade econômica. O segundo pilar estabelece que a política externa não deveria ser “nem isolacionista, nem intervencionista”, de forma a não impor formas de democracia e sim “instaurar a liberdade” para os outros países. O último pilar diz respeito

[...] aos rumos tomados pela sociedade. As políticas liberais, baseadas nas noções de direitos humanos, o enfraquecimento das tradições e do papel da Igreja, seriam considerados por eles como os responsáveis por uma sociedade corrompida (Oliveira, 2021, p. 61).

Com isso, podemos perceber que o conservadorismo estadunidense mantém a mesma essência do conservadorismo clássico, com atualizações que se fazem necessárias com as novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. O principal autor que contribui para o pensamento conservador estadunidense do século XX é Russel Kirk, que tem como concepção própria do conservadorismo:

Não sendo nem uma religião nem uma ideologia, o conjunto de opiniões designado como conservadorismo não possui nem uma Escritura Sagrada, nem um *Das Kapital*, como fonte de dogmas. [...] Talvez fosse adequado, na maioria das vezes, utilizar a palavra 'conservador' mormente como adjetivo. Não existe um modelo conservador, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social. A posição chamada conservadora se sustenta em um conjunto de sentimentos, e não em um sistema de dogmas ideológicos. [...] Para a preservação de uma diversidade saudável em qualquer civilização, devem remanescer ordens e classes, diferenças na condição material e muitos tipos de desigualdade (Kirk, 2014, p.102-108, apud. Souza, 2015, p. 10-11).

Kirk (2014) possui como principais postulados a negação fervorosa ao dogmatismo e à ideologia; a compreensão do conservadorismo, bem aproximada à exposta anteriormente,

como “um estado de espírito”, como algo ligado ao ser de cada um; a necessidade de desigualdades na sociedade capitalista, pois afirma que a sociedade necessita de diversidade e consequente desigualdade para que funcione em harmonia. Além disso, Kirk (1960, apud. Oliveira 2021) elabora seis princípios do pensamento conservador, quais sejam:

I) a sociedade e a consciência são regidas por uma intenção divina [...]; II) a propensão pelo mistério e diversidade propagados pela vida tradicional, em contraste com a uniformidade e igualitarismo restritos e os objetivos utilitários da maioria dos sistemas radicais [...]; III) as sociedades civilizadas requerem ordem e classes, que a única igualdade verdadeira é a moral [...]; IV) propriedade e liberdade são inseparáveis, e nivelamento econômico não significa progresso econômico [...]; V) é preciso ter fé no que é dito e desconfiar dos sofismas e dos cálculos [...]; VI) mudanças e reformas não são idênticas, e que a inovação é mais uma grave conturbação social do que a chama do progresso (Kirk, 1960, apud. Oliveira, 2021, p. 63-64).

Nestes princípios se apresentam novos aspectos do pensamento conservador de Kirk (1960), como o apego à religião e ao divino, característica que se mantém e se atualiza no conservadorismo. Além disso, a necessidade da desigualdade social é mais elaborada ao afirmar que “nivelamento econômico não significa progresso econômico”, de forma que a extinção das desigualdades não resultaria, para ele, em um avanço econômico para a sociedade. A negação à ciência e à racionalidade também é uma característica presente no neoconservadorismo estadunidense.

Para os conservadores, o racionalismo é uma subversão da razão, na medida em que pretende construir uma sociabilidade segundo princípios de evolução que conduziriam à "perfeição", por intermédio da ideia-força das "possibilidades infinitas" - ideia que teria servido de base para as promessas de progresso e desenvolvimento humano no período moderno (Souza, 2015, p. 11).

O conservadorismo moderno inglês também possui grande contribuição para este pensamento mundialmente. Um autor de grande influência, para essa vertente do pensamento conservador, é Michael Oakeshott, que tem a seguinte concepção do conservadorismo:

(o conservadorismo, J.S.) não é uma crença nem uma doutrina, mas uma forma de ser e estar. Ser conservador significa uma inclinação a pensar e a comportar-se de determinada forma; é preferir certas formas de conduta e certas condições das circunstâncias humanas a outras; é dispor-se a tomar determinadas decisões. [...] Distinguir as características gerais desta atitude não é tarefa difícil, embora elas tenham sido constantemente confundidas. Elas resumem-se a uma propensão ao uso e gozo daquilo que se tem, em vez do desejo ou busca de outra coisa, a aprazer-se mais com o presente do que com o passado ou o futuro. [...] não existe nenhuma idolatria simples pelo que já passou ou já se foi. [...] Assim, ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao

possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. [...] Para além disso, ser conservador não é apenas ser avesso à mudança [...] é também a forma de nos adaptarmos às mudanças, algo que foi imposto a todos os homens. (Oakeshott, 2014, p. 4-6, apud. Souza, 2015, p. 10).

A principal declaração que Oakeshott traz é a relutância que o conservadorismo tem com mudanças. O autor explicita que não ocorre uma negação completa a mudanças na sua concepção de pensamento conservador, porém, estas só fazem sentido acontecerem se forem extremamente necessárias. Nessas ocasiões específicas, de grande necessidade, o conservador irá preferir mudanças planejadas, que aconteçam de forma lenta e assistida, em passos pequenos, de forma que a mudança seja o mais controlada possível (Oliveira, 2021, p. 75).

Oakeshott possui uma diferença de Kirk em uma de suas principais concepções. O primeiro, ao contrário do segundo, não acredita que a política deve se basear em crenças religiosas ou lutar por estas (Oliveira, 2021, p. 76). “Para Oakeshott [...] o ofício de governar não reside em impor suas crenças, nem tutelar ou educar ninguém, mas é simplesmente o de garantir que a lei seja cumprida” (Oliveira, 2021, p. 80).

E ainda:

Diferentemente de outros pensadores conservadores, o pensamento de Oakeshott não encontra na religião elementos para sustentar o conservadorismo; mesmo que esteja sempre falando do respeito às tradições, o autor indica inclusive a necessidade de se romper com seus preceitos, a fim de se assumir uma posição de governante (Oliveira, 2021, p. 84).

Os dois autores possuem construções aproximadas em diversos aspectos, que serão apresentados a seguir em uma síntese do pensamento conservador moderno de modo geral, porém, ao se tratar de religião, separadamente das tradições, Oakeshott se distancia de Kirk. A religião não tem o mesmo nível de relevância para os dois autores.

Como forma de sintetizar o exposto até aqui como pensamento conservador moderno, as palavras de Souza trazem alguns pontos importantes. O conservadorismo moderno, em linhas gerais:

(I) opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo "presentista"; (II) há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia [como o] liberalismo; [...] (IV) faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; (V) valoriza a função das tradições no processo de individuação; (VI) engrossa a fileira da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as "mudanças necessárias", sem recair nas variadas formas de "totalitarismo" (Souza, 2015, p. 19).

Pelo exposto, podemos evidenciar diferentes abordagens da vida social presentes no pensamento neoconservador, que também apresenta-se de forma diversa nos autores que o representam e propagam.

Note-se que o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado. (Mota; Rodrigues, 2020, p. 203)

Para além dessas características, o neoconservadorismo pode ser também mais reacionário, baseando as novas defesas teóricas e políticas das expressões das ideologias da ultradireita contemporânea⁷.

O conservadorismo de agora não só ostenta orgulhosamente seu conservantismo, como é portador de um claro conteúdo reacionário que flerta com as ideias do nazifascismo, uma vez que destila ódio sem pudor aos negros, mulheres, gays e demais segmentos sociais denominados (equivocadamente) de minorias sociais (CARAPANÃ, 2018 apud. Mota; Rodrigues, 2020, p.203).

Dessa forma, é perceptível que o neoconservadorismo não é um pensamento homogêneo, tendo diversas tendências que se expressam na sociedade capitalista. Dentro dessas possibilidades de expressão, se encontram as premissas pós-modernas, as quais essa análise se deterá a partir desse momento. Serão apresentadas suas características e a forma como elas se apresentam dentro do neoconservadorismo e na vida social.

2.4 PREMISSAS TEÓRICO-POLÍTICAS PÓS-MODERNAS

Ao pensarmos sobre as premissas teórico-políticas pós-modernas, primeiro é necessário entender o que motivou o seu surgimento. Neste caso, com a consolidação do neoconservadorismo e as mudanças no mundo do trabalho – a acumulação flexível antes referida – e o ascenso do neoliberalismo nas particularidades das diferentes formações econômico-sociais – fomentou e induziu uma forma ideológica de legitimar essas transformações no sentido, que aqui destacamos, de corroer a formação de um pensamento crítico e totalizante à ordem social bem como a desmobilização das ofensivas da classe trabalhadora que guardavam um princípio universalizante às suas demandas.

⁷ As expressões do neoconservadorismo reacionário da ultradireita contemporânea serão mais abordadas posteriormente neste trabalho.

Como expusemos, no momento de enfrentamento da crise de 1970, o capitalismo desenvolve a flexibilidade no âmbito da produção e da regulação social. Esse movimento de renovação do sistema capitalista necessitava de materialização na reprodução social:

O projeto neoliberal, aliado à reestruturação produtiva com o advento de um modelo acumulativo de produção diferenciado, constituiu-se no padrão econômico da fase do capitalismo tardio. Entrelaçado ao modelo econômico tornou-se necessário a deflagração de um modelo ideológico que pudesse manter o controle, determinando a reprodução da forma de ser do capitalismo, sendo este representado pelo que alguns tratam de pensamento pós-moderno [...] (Lima, et al., 2019, s/p).

Com isso, conseguimos compreender o pensamento pós-moderno como uma forma de manutenção da forma de sociabilidade capitalista pós crise de 1970. Por ser uma crise sistêmica, gera novos projetos econômicos, políticos e sócio-culturais, com a intenção de atualizar práticas burguesas para que respondam às demandas deste novo padrão de acumulação.

As transformações que ocorrem no campo da dominação ideológica, se articulam e determinam as demais transformações do processo de reestruturação do capital. Trata-se do que vem sendo chamado de pensamento pós-moderno, designado por alguns autores como um movimento neoconservador, constituindo-se uma ideologia; para outros autores, configura-se como um movimento cultural, que deu corpo a cultura da crise; enquanto outros autores o definem como o novo projeto da humanidade, dentre outras acepções (Lima, et al., 2019, s/p).

E mais:

O pensamento crítico produz diversas análises sobre a pós-modernidade ou o movimento pós-moderno a partir das atuais transformações societárias derivadas da crise estrutural do capitalismo, pós-1970 em suas particularidades política, econômica, social e ideológica. Há análises que apontam como um movimento pós-modernista, que se finca na dimensão cultural do mundo das artes, da música, do cinema, do teatro, etc., espalhando-se pelas determinações dos fundamentos da sociedade de classes (JAMESON, 1996; CANTALICE, 2013). Há outros que consideram o pensamento pós-moderno como uma vertente neoconservadora, compondo a ideologia dominante da burguesia (SANTOS, 2007). E há ainda aqueles que a concebe como um nada, como uma mistificação do complexo ideário burguês (SOUSA, 2005). Evidentemente, entre os intelectuais que rejeitam o pensamento pós-moderno, há elementos a serem considerados que se cruzam e alinham-se em sua centralidade, que é o campo de resistência e afirmação do Projeto da Modernidade (Lima, et al., 2019, s/p).

Este movimento político e cultural de superação da Modernidade pode ser entendido como algo confuso se analisarmos pelo olhar do senso comum, que entende a Modernidade associada à ordem burguesa, porém, essa análise é equivocada. O capitalismo buscava se

livrar do projeto de sociedade moderna a algum tempo, por não mais possuir os mesmos valores centrais. O movimento no qual surge o pensamento pós-moderno acontece para substituir um “diagnóstico de esclerose” do projeto moderno (Santos, 2007, p. 32).

Isso significa dizer que o projeto da modernidade foi útil à burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais. A partir do momento em que se transmutaram, evidenciando claramente seu projeto particular de classe dominante, a modernidade e seu desenvolvimento em direção à emancipação humana e à razão dialética passam a representar uma ameaça. O que a burguesia tenta apagar são as contradições inerentes ao ideário moderno, cujo potencial dialético está prenhe de possibilidades, de movimentos e negatividade. Nesse sentido, nada mais oportuno que o resgate de Marx e Engels realizado por Berman (1997): “Tudo que é sólido desmancha no ar” (Santos, 2007, p. 34).

Para compreendermos, em forma de síntese, de que forma a pós-modernidade surge no sistema capitalista, e também a forma como ela se fortalece para que permaneça neste sistema, Silveira Jr. traz contribuições importantes que devem ser pontuadas:

Ou seja, como se explica “historicamente” a emergência e a força de atração da cultura pós-moderna? [...] Do ponto de vista do estágio prevalecente do desenvolvimento capitalista mundializado, ela encontra-se condicionada pela “mercantilização da cultura” na fase tardia desse ordenamento social; mais expressamente, implicada nos processos de supercapitalização no capitalismo tardio (JAMESON, 1996); figurando como expressão superestrutural da “acumulação flexível” e seu acelerado movimento de “compressão espaço-temporal” (HARVEY, 2005). Por outra via, mostram-se fecundas as abordagens que pretendem capturar os agentes e complexos mediadores da reprodução social, sem os quais a pós-modernidade não seria plasmada (e socializada) como um dos produtos da cultura brotados dessa estrutura social concreta – diga-se, a condição e os câmbios operados por um estrato particular de intelectuais e as reviravoltas sociopolíticas nas quais os mesmos estavam envoltos (Silveira Jr., 2016, p. 174-175).

Para além do contexto histórico favorável, o pensamento pós-moderno utiliza de sua força cultural para se alastrar e se estabelecer na sociedade. Por seu caráter diverso, buscamos também compreender de que forma suas concepções podem ser conceituadas.

É possível perceber que, mais que o conservadorismo, o pensamento pós-moderno é muito diverso e seus pensadores muitas vezes não entram em consenso sobre uma definição. “Os modos pelos quais os intelectuais a ela [a vertente pós-moderna] atrelados tratam de se afastar da herança iluminista – e a intensidade com que o fazem – são bastante diversos” (Netto, 2000 apud Silveira Jr., 2016, p. 170). É por isso que convencionou-se uma classificação que divide os pensadores pós-modernos entre aqueles de *celebração* e aqueles de *contestação*.

Os intelectuais que advogam em favor da pós-modernidade, há aqueles que afirmam a superação do projeto da modernidade seja pelo fracasso dos paradigmas da Modernidade (LYOTARD, 2009), seja pela impossibilidade de cumprimento de suas promessas emancipadoras (SANTOS, 2003). Segundo Santos (2003), há os pós-modernos de “celebração” que se conformam com a nova fase e passam a defender os seus elementos; e os de “contestação”, que afirmam a superação da modernidade e o início de uma nova sociabilidade, mas que fazem a crítica a esses novos elementos (Lima, et al, 2019, s/p).

Ou também:

os “pós-modernos” de “celebração”, expressamente convictos de que a sociedade burguesa constitui, enquanto tal, a paragem final da história; e os “pós-modernos” de “oposição” (ou de “contestação”), os quais se pretendem críticos à ordem do capital e a suas vicissitudes – nesse caso, o que se manifesta é uma combinação, talvez original, entre irracionalismo e prática política transgressora ou antissistêmica, expressando aquilo que Lukács (2000) há muito qualificou, numa passagem autocrítica, como a síntese entre uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita (Silveira Jr., 2016, p. 171).

Os pós-modernos de *celebração* são aqueles que acreditam que estamos na melhor fase da sociabilidade capitalista. Acreditam que o capitalismo é um bom modo de produção e que o projeto de Modernidade já foi superado, que estamos de fato em um período da pós-modernidade. Já os pós-modernos de *contestação* são aqueles que possuem críticas ao modo de produção capitalista, que podem se basear na tradição marxista para embasar estas críticas, mas que não enxergam uma saída revolucionária, se contentando com o fato de que não existem formas de superar o capitalismo e que, a partir disso, devemos nos abastecer também de outros campos científicos a fim de preencher as lacunas que o marxismo não consegue preencher. É assim que o campo da pós-modernidade se abre para esses pensadores. “Portanto, é importante atinar que a discussão da pós-modernidade não é uma discussão homogênea, havendo, inclusive, discordância entre os intelectuais que se colocam no mesmo campo investigativo” (Lima, et al, 2019, s/p).

Para além das classificações dos pensadores pós-modernos, é relevante salientar a compreensão destes a respeito da totalidade. Os pensadores pós-modernos fazem a escolha de não realizar suas análises a partir de uma perspectiva totalizante, “já que *totalidade*, neste ponto de vista, é ‘confundida’ com *totalitarismo e ocultamento das diferenças*” (Santos, 2007, p. 39, grifos da autora). Se apóiam nesta ideia de que a análise totalizante ocultaria as diferenças expostas naquela situação e, a partir disso, realizam suas construções teóricas de forma objetiva e positivista.

Esta característica por si só, já contribui para a nossa concepção do pensamento pós-moderno enquanto vertente do neoconservadorismo, mas, para além disso, há também sua defesa do pluralismo de jogos de linguagem. Há um ecletismo teórico na pós-modernidade que faz com que suas produções possuam uma mistura de consensos que dificultam a veracidade científica. A análise a partir de diversas fontes teóricas e do senso comum “nos deixa à mercê do status quo, encerrados no existente e sem possibilidades de uma crítica sócio-política racional” (Santos, 2007, p. 42).

Não é originalidade [...] da pós-modernidade recomendar que se mesquem diferentes matrizes teóricas para aumentar o poder de desvendamento da teoria sobre a realidade. Esta ideia, propalada como uma "grande descoberta", deita raízes muito antes da "onda" pós-moderna: é um procedimento teórico típico das ciências sociais e responde pelo obscurecimento das relações centrais do capitalismo (Santos, 2007, p. 60).

Voltamos, então, às relações centrais do capitalismo como base de onde surgem as características que formam o pensamento pós-moderno, pois é dele que este pensamento “sai” e é por ele que se mantém.

Em relação à pós-modernidade, suas determinações ontológicas encontram-se radicadas no contexto da crise capitalista recente. É preciso demarcar que, embora muito da discussão sobre esse pensamento se faça majoritariamente no plano das ideias, onde o seu sentido estaria dado pela contraposição ao moderno, não concebemos que a premissa seja assim tão simples. É verdade que para pensar o pós-moderno é imprescindível compreender o moderno; entretanto, não o moderno apenas como estilo e sim enquanto projeto civilizatório (Santos, 2007, p. 108)

Buscando conceituar o pensamento pós-moderno a partir do que se tem construído sobre, temos que ele não rompe verdadeiramente com o projeto da Modernidade, e sim se constitui uma expressão da ideologia burguesa, compondo uma vertente do neoconservadorismo que se alastra na contemporaneidade: “diz respeito à guinada do capitalismo na sua terceira fase do estágio monopolista, na tentativa de derruir a racionalidade, a historicidade, a totalidade e decretar a ‘vitória da sociedade capitalista’” (Lima, et al, 2019, s/p).

A fim de explicitar o falso rompimento com o projeto de Modernidade, destaca-se que este projeto “fundamenta a contradição capitalista, que tem a produção de pobreza na mesma medida que produz riqueza, devido à apropriação da produção coletiva nas mãos de uma pequena minoria, formada pela burguesia” (Lima, et al, 2019, s/p). Por isso, é incongruente afirmar que houve a superação desse modelo de produção e de sociedade, seria colocar como finalizada essa desigualdade, realidade que não se concretiza no mundo atual.

O ideário pós-moderno contraria todo arcabouço político construído pelo campo da esquerda, mistificando a realidade, por meio de uma falsa consciência da realidade. Para seus defensores, o capitalismo venceu e o que deve ser buscado são formas de sobrevivência nessa sociedade (Lima, et al, 2019, p. s/p).

Santos explicita também duas questões que ficam evidentes ao analisarmos o pensamento pós-moderno:

[...] a primeira delas é que toda a construção teórico-metodológica da pós-modernidade emerge a partir de determinada interpretação da realidade contemporânea marcada, sim, por significativas alterações. A segunda é que a percepção dessas alterações, conforme demonstrado, é fundamentalmente aparente: descreve-as como uma série de problemas componentes da chamada "crise da Modernidade" sem penetrar em sua essência, reproduzindo, no nível da teoria social, o que Jameson (1996) denominou de "nova falta de profundidade" presente na esfera da cultura por meio do pastiche e do ecletismo (Santos, 2007, p. 45-46).

A partir dessas questões conseguimos destacar uma das características da pós-modernidade, que é sua superficialidade analítica. O pensamento pós-moderno se utiliza dessa superficialidade para afirmar sua positividade, atitude que corresponde às ideias conservadoras da burguesia, justificando essa atitude como uma racionalidade formal. Essa característica do pensamento pós-moderno o afasta de uma análise ontológica e social, o que corrobora com seu modo de funcionamento, no qual as análises são realizadas a partir de um ecletismo teórico, onde a omissão de uma filiação teórica gera um emaranhado de partes de teorias diversas (Santos, 2007, p. 46).

É a partir dessa reflexão que compreendemos o pensamento pós-moderno como uma vertente do neoconservadorismo e não apenas como uma dimensão cultural da sociabilidade capitalista. Este pensamento recupera diversas características e atributos conservadores e reacionários e se alinha às transformações tecnológicas para ampliar sua divulgação, fazendo isso “por meio de uma semiologização do real, com uma obsolescência mercadológica das relações sociais” (Lima, et al., 2019, p. s/p).

Silveira Jr. (2016) traça quatro núcleos centrais do pensamento pós-moderno. O autor traz primeiramente a “[...] renúncia ao programa sociocultural da Modernidade expresso na Ilustração [...]”, no qual a pós-modernidade defende sua recusa ao projeto de Modernidade por entender que este já se esgotou. O autor explica que naquele momento histórico a Modernidade de fato se mostrava frágil e “balançada”, porém, os pós-modernos se utilizaram de um questionamento válido, mas buscaram soluções irreais para suas indagações.

O que fica de imediato, evidente, na argumentação pós-moderna é a confusão estabelecida entre aquele programa sociocultural (a Ilustração) e as legalidades destrutivas e desumanizadoras do sistema do capital, cujas resultantes obstaculizavam a concreção do programa sociocultural referido. Tal leitura ignorava que os complicadores não jaziam na “ideia da Razão” ou na “perspectiva da emancipação”, mas no próprio desenvolvimento do mundo capitalista (Silveira Jr., 2016, p. 172).

O segundo núcleo é a defesa de uma sociedade pós-industrial, na qual deve-se “abandonar a emancipação”, alardear a ‘impossibilidade da linguagem universal’, e anunciar a ‘impotência da racionalidade’” (Silveira Jr., 2016, p. 172). Aqui, o destaque da crítica recaiu, principalmente, para a tradição marxista e por isso pode-se compreender como sinônimos a crítica ao iluminismo como “recusa do marxismo”, isso porque muitos dos pensadores que passaram a se enquadrar como pós-modernos eram, antes, marxistas. Este dito “marxismo” foi, por muito tempo, uma compreensão vulgar da teoria marxiana, “adornado com as qualificações de economicista, determinista, redutor, totalitário, trajado com seu menosprezo à subjetividade, às singularidades, às heterogeneidades, aos processos da consciência, etc.” (Silveira Jr., 2016, p. 172). Neste ponto, a principal crítica à pós-modernidade é que ela apresenta soluções falsas para problemas histórico-sociais verdadeiros.

O terceiro trata do plano epistemológico e apresenta seis consequências da modalidade de razão pós-moderna:

1) a aceitação da imediaticidade dos fenômenos sociais, isto é, uma declarada preferência pela superficialidade [...]; 2) a recusa da categoria da totalidade – no plano filosófico, sua efetividade é questionada, no plano teórico, é invalidado seu valor heurístico; 3) a entronização do ecletismo como cânon metodológico – defende-se a “transgressão metodológica”, a adoção de uma “pluralidade metodológica”; 4) a elevação do peso do relativismo – a dissolução da ideia de verdade acaba por converter a ciência num jogo de linguagem; 5) a semiologização da realidade social – ocorrente devido ao privilégio concedido a dimensões simbólicas na vida social, reduzindo-a, no limite, à pura discursividade ou ao domínio do signo; 6) a capitulação ao presente – [...] “autolimitação do presente como única realidade [...]” (Silveira Jr., 2016, p. 173).

Por último e como quarto núcleo, combina-se um “positivismo ao avesso” com a “entificação da razão moderna”. Por “positivismo ao avesso”, entende-se que, enquanto o positivismo buscava se afastar ao máximo do objeto para poder negar sua dimensão valorativa ao fazer sua análise, os pós-modernos acreditam que a “[...] afirmação da interferência dos valores e da subjetividade na constituição do saber leva a negação da objetividade do real” (Silveira Jr., 2016, p. 173). Já sobre a “entificação da razão moderna” Silveira Jr. afirma que

ao movimento da razão, os pós-modernos creditam as realidades (contraditórias e mesmo iníquas) constitutivas da sociedade urbano-industrial. A realidade da ordem burguesa contemporânea aparece como derivada do dinamismo interno da Razão. Nesse juízo, deixa-se encortinada a própria “ordem do capital”, com a dominação de classe burguesa nela imbricada (Silveira Jr., 2016, p. 174).

Em suma, Santos (2007) realiza uma síntese de como o pensamento pós-moderno se apresenta e de como suas formas de funcionamento permitem que ele se espalhe no cotidiano e nas ciências. Denuncia o projeto de Modernidade como esgotado e incentiva as ciências a se relativizar.

O pensamento pós-moderno, operando com as simplificações que lhe são peculiares, dá por suposto que a modernidade se resume à modernidade burguesa e ao que se realizou historicamente no socialismo real. Agrega a essas constatações as alterações que vêm se processando na sociedade contemporânea e proclama: é um projeto esgotado; portanto, as teorias sociais (ou "paradigmas" como eles preferem denominá-las) que dele derivaram também não conseguem mais explicar a sociedade atual. Esta é muito mais complexa que a sociedade moderna por ser mais fragmentada. A ciência deve então relativizar seus parâmetros, misturar diferentes métodos e pontos de vista, uma vez que não existe mais objetividade e o sentido dos fragmentos é dado em si mesmo, dependendo da visão do sujeito (Santos, 2007, p. 109).

É a partir dessas características de apreensão teórica da vida social que o pensamento pós-moderno se manifesta na sociabilidade capitalista. Uma outra dimensão em que se manifesta é a da defesa da micro-política. Ou seja, partindo da concepção de que a realidade é um todo fragmentado, temos a defesa da micro-política no campo das lutas sociais.

Para a maior parte das concepções pós-modernas, a realidade é um todo fragmentado, marcado pela efemeridade e pela indeterminação, o que impossibilita explicar a totalidade da vida social (ver Laclau, 1986; Laclau e Mouffe, 1988). Ou seja, o real não é possível de ser explicado e entendido em sua globalidade, podendo apenas as suas partes serem descritas de forma isolada e fragmentada (Montaño; Duriguetto, 2011, p.318).

O pensamento pós-moderno, então, se baseia em relações individualizadas, nas quais as manifestações políticas não respondem a um vínculo único, o pertencimento de classes, e sim, a manifestações de interesses pessoais baseado em suas vivências individuais.

Assim, os únicos "agentes da política seriam sujeitos políticos particulares e transitórios, constituídos por grupos com fins específicos e com demandas próprias, que atuariam em campos setoriais de dominação através de formas singulares de resistência". Ou seja, a única forma de ação política é, nessa perspectiva pós-moderna, aquela baseada em "diferenças de identidade" que deslocam os "interesses universais para dar lugar a particularidades étnicas,

sexuais, ecológicas, de gênero etc." (Evangelista, 2007, p. 177 apud. Montaña; Duriguetto, 2011, p.323).

[...] O que moveria suas ações sociais seriam as lutas no cotidiano contra as opressões diversas que suas identidades são alvo, e até o enfrentamento conjunto (parceria entre classes) a certos fenômenos (ex.: a fome, o aquecimento global etc.) (Montaña; Duriguetto, 2011, p.323).

A partir dessa explanação sobre as premissas do pensamento pós-moderno, a seguir buscaremos tratar sobre o Serviço Social e relacioná-lo com o conservadorismo em sua história, além de buscar compreender de que forma essas premissas e manifestações da pós-modernidade se exprimem na profissão. Como forma de contextualização, em um primeiro momento, apresentaremos o conservadorismo na gênese da profissão, a fim de compreender sua influência desde sua criação. A partir disso, apresentaremos de que forma o Serviço Social consegue romper com a influência conservadora e como se dá a renovação na profissão. Como próximo tópico, trataremos das premissas pós-modernas no Serviço Social e, por fim, do conservadorismo na formação profissional, percorrendo seus momentos históricos e as mudanças que se deram.

3 EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

De modo a relacionar de forma mais completa o conservadorismo com o Serviço Social, este capítulo busca apresentar de que forma o conservadorismo, em todas as suas formas históricas, esteve presente na profissão e como a influenciou. Em um primeiro momento, é analisado de que forma o conservadorismo se fez presente na gênese do Serviço Social. As demandas do Estado para a criação de uma profissão que surge inicialmente com objetivos moralizadores, repressores e assistencialistas vem de um pensamento conservador que estava, e permanece, no poder.

O conservadorismo influencia fortemente tanto a criação quanto a constituição da profissão em seus anos iniciais, e compreender a gênese da profissão é essencial para alcançarmos o que motivou o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo. O Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro é apresentado neste capítulo, pois se torna essencial a apreensão desse rompimento com o pensamento conservador na dimensão teórico-metodológica e ético-política.

Apesar deste rompimento ser consensualmente hegemônico no Serviço Social, o conservadorismo está entranhado na sociedade, de modo que sua influência permanece externamente à profissão e sobre ela rebate. As premissas pós-modernas serão então apresentadas em sua relação com a profissão, de modo a apresentar como se dá essa primeira aproximação.

O conservadorismo na formação, então, é o último tópico a ser exposto, para demonstrar como o pensamento conservador segue sendo um forte modo de pensar, ditando a forma como o Estado trabalha para a manutenção da ordem capitalista, neste caso, por meio da mediação da educação superior e seus processos formativos. Aqui, em particular, na formação profissional do Serviço Social.

3.1 O CONSERVADORISMO NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, no Brasil, surge a partir do acirramento das expressões da “questão social” na consolidação do capitalismo monopolista: “A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século [XX], o debate sobre a ‘questão social’ atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela” (Iamamoto, 2004, p. 18).

O Estado e a Igreja Católica aparecem na gênese do Serviço Social como a primeira expressão do conservadorismo na profissão, colocando em suas raízes, não só estruturais, este pensamento, mas também em sua fundamentação técnica e funcional. “Para a Igreja, ‘questão social’, antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*” (Iamamoto, 2004, p. 18, grifo da autora), por isso, a Igreja se vincula ao Estado para estabelecer de que forma lidar com as expressões da “questão social”, estabelecendo esta análise moral.

Além disso, para o pensamento conservador de Burke, exposto por Netto, a “laicização da política [...] favorecia sobretudo a deslegitimação da própria religião, [...] nenhuma sociedade pode existir sem religião com expressão institucional.” (Netto, 2011, p. 58). O pensamento conservador se une a este aspecto fundante do Serviço Social, atestando, segundo sua concepção, a necessidade de união do Estado e da Igreja Católica no trabalho do Serviço Social.

Isto posto, o Serviço Social tem como demanda para sua criação e institucionalização o crescimento do proletariado urbano, que surge com a consolidação e expansão do capitalismo monopolista, de onde inicia a necessidade de controle dessa população. Com essa necessidade posta, é no meio do bojo do movimento católico que a profissão se inicia e esse processo se liga “[...] à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de [19]40” (Iamamoto, 2004, p. 30).

A profissão surge como uma alternativa profissionalizante para as “atividades de apostolado social” (Iamamoto, 2004, p. 20) que as militantes do movimento católico exerciam. É importante pontuar que o Serviço Social, ao se institucionalizar, não é uma profissão que surge por causa destas atividades de apostolado e sim por um movimento do Estado de necessidade de criação de uma profissão que respondesse às suas demandas de intervenção social.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (Iamamoto, 2004, p. 20)

A dimensão socioeducativa do Serviço Social era desenvolvida de forma preventiva aos “problemas sociais”. Essa dimensão era exercida com um caráter individualizante, de modo que as expressões da “questão social” que afetavam o usuário eram tratadas de forma individualizada, não como um problema social maior do que aquele caso em específico. Além de trabalharem com a “individualização da proteção legal” e, com isso, adaptarem a

assistência aos problemas individuais, a profissão mantinha o tratamento sócio-educativo com um cunho doutrinário e moralizador (Iamamoto, 2004, p. 20 - 21).

Para suporte da prática do assistente social, neste período é incorporada a “filosofia social humanista cristã”, que se baseia em uma noção de comunidade que “[...] abarca todas as formas de relações caracterizadas pelo alto grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo” (Nisbet, 1969, apud Iamamoto, 2004, p. 25).

Apesar de trazer métodos de intervenção mais racionalizados, a sua fundamentação ainda é conservadora.

Este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado (Iamamoto, 2004, p. 28).⁸

Assim, a profissão apresenta uma atuação na qual suas fundamentações para a ação são humanistas cristãs, o que vai ao encontro com a atuação moralizante. A família, também, é alvo da atuação do Serviço Social, sendo conceituada pelo conservadorismo da seguinte forma:

A valorização da família, constante em todos os conservadores, está também conectada a um traço distintivo do pensamento conservador: a defesa da constituição de *grupos intermediários*, capazes de - junto com a família - mediar a relação entre os indivíduos e a sociedade (Netto, 2011, p. 66-67, grifo da autora).

Iamamoto aponta que: “A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais” (2004, p. 29). Dessa forma, a família na atuação do Serviço Social, funcionava como um núcleo - representativamente menor da sociedade - de acesso mais fácil ao assistente social, e que era trabalhada pela via socioeducativa, com o intuito de conseguir educar, de forma moralizante, as pessoas que constituíam esse núcleo, mas, também, a fim de identificar padrões comportamentais diferentes do padrão “normal”.

Por isso, “A *individualização dos ‘casos sociais’*, em detrimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a ‘clientela’ do Serviço Social, é outra

⁸ Destaca-se aqui, as diferenças de concepções entre Iamamoto e Netto. Iamamoto denomina as influências teóricas conservadoras que conciliam elementos do neotomismo e positivismo no Serviço Social como “arranjo teórico-doutrinário”. Netto, por sua vez, identifica como “sincretismo científico”, que abordaremos mais a frente.

característica marcante dessa atividade profissional” (Iamamoto, 2004, p. 29, grifo da autora). Neste campo, as características individuais são entendidas subjetivamente e viram princípios universalizantes da atuação profissional.

A partir do avanço da consolidação do Estado burguês no Brasil, essa esfera passa a ter o controle da política assistencial, que se encontra “[...] intimamente vinculada às organizações representativas das ‘classes produtoras’” (Iamamoto, 2004, p. 31) pois a burguesia se dá conta que a “paz social” é vantajosa para eles; com o proletariado “controlado” a sociedade anda de forma a gerar mais lucros para as empresas. Por fim, “[...] o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais” (Iamamoto, 2004, p. 31).

Com o avanço dos processos históricos, o Serviço Social passa por momentos de influência do pensamento conservador por algumas décadas, mas, com seu desenvolvimento, a profissão se aproxima da teoria social marxista. Esse movimento se inicia na década de 1960, por influência de grandes movimentos sociais e mobilizações estudantis pelo mundo, pela pressão que o Brasil passava no momento de Ditadura Militar (1964), e principalmente pelo início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Todos estes movimentos favoreceram a aproximação do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, como forma de compreender o momento histórico em que estava inserido e a realidade a qual fazia parte (Tavares, 2013, p. 9).

O Movimento de Reconceituação latinoamericano, como já referido, inicia um processo de mudanças no Serviço Social na América Latina, rompendo com a hegemonia do pensamento conservador, pragmático e assistencialista.

O Movimento de Reconceituação possuiu dois momentos: no primeiro os profissionais buscaram apenas a modernização da prática, sem alterar sua função social, ou seja, não se questionava o sistema vigente sob o modelo desenvolvimentista, a grande preocupação neste momento era quanto à teorização do Serviço Social. No segundo, a profissão assume a perspectiva dialética, questionando sua vinculação histórica com os setores dominantes da sociedade e a pretensa neutralidade política do profissional, assumindo um compromisso real com os segmentos populares, buscando a transformação social (De Castro, 2011, p. 5).

O Processo de Renovação no Serviço Social brasileiro se desenvolve, então, a partir da influência deste movimento latinoamericano, pela aproximação dos profissionais brasileiros com o debate que se desenvolvia em outros países, gerando essa renovação da profissão em nosso país. Este processo se desenvolveu durante as décadas de 1960 a 1980, contando um

diversos momentos e vertentes até sua consolidação na década de 1990, os quais nos debruçaremos a seguir.

3.2 O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Pensando no Serviço Social brasileiro até meados da década de 1960, não existiam grandes e significativos debates e disputas teóricas dentro da profissão. Foi com a consolidação da autocracia burguesa que surgiu espaço para que novas disputas acontecessem. Por isso,

instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (Netto, 2011, p. 129).

A partir desse momento, com a demanda da autocracia burguesa por melhor profissionalização dos assistentes sociais para responder às suas demandas “modernizadoras”, ocorreu uma maior aproximação do Serviço Social com teorias que não eram acessadas anteriormente. Dessa forma, o fortalecimento da autocracia burguesa, através da inserção universitária, fez fortalecer o domínio de novas teorias que, conseqüentemente, geraram a renovação do Serviço Social (Netto, 2011, p. 129 - 130).

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (Netto, 2011, p. 131).

Outro ponto importante a destacar é que a erosão do Serviço Social “tradicional” era algo inevitável com o desenvolvimento da sociedade capitalista e da profissão. Este processo foi apenas acelerado pela autocracia burguesa; não só no Brasil, mas também nos contextos ditatoriais experimentados por outros países no continente. As práticas profissionais “tradicionalistas” são contestadas por serem práticas rasas, com o intuito de manutenção do ideário burguês sobre os trabalhadores, com raízes políticas bem estabelecidas e contrárias às lutas e demandas da classe trabalhadora e, principalmente, por suas ações não gerarem mudanças na vida dos usuários, apenas uma manutenção da sociedade capitalista posta (Netto, 2011, p. 143).

O primeiro movimento questionador que causa essa erosão é o Movimento de Reconceituação (ou reconceptualização) do Serviço Social, que ocorre por toda a América Latina.

A reconceptualização é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social "tradicional" e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas; nas nossas latitudes, "a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora" (Faleiros, 1987: 51). Esta determinação política condensa boa parcela da problemática do processo de erosão do Serviço Social "tradicional" entre nós - e que não encontramos em suas outras versões com o mesmo relevo (Netto, 2011, p. 146).

Este Movimento de Reconceituação gera, entre outros fatores, duas importantes aproximações que se estendem: uma aproximação teórica com o marxismo, inicialmente enviesada, e uma aproximação internacional dos assistentes sociais, principalmente na América Latina. Esses dois movimentos vão se fundindo e desenvolvendo esse Movimento de Reconceituação, que se mantém relevante e gera mudanças no Serviço Social latinoamericano, mas que é interrompido devido aos regimes militares que se instalavam por diversos países na América do Sul. Apesar disso, é através deste movimento que surge e ganha força o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.

O Processo de Renovação da profissão no Brasil se dá por movimentos teórico-culturais e ideológicos distintos. A todo momento estes movimentos se sobrepõem e concorrem entre si para o domínio da dinâmica da renovação (Netto, 2011, p. 152). De forma mais objetiva, serão apresentadas as três principais direções que compõem o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro. A primeira delas foi a "perspectiva modernizadora", que acontece na segunda metade dos anos sessenta e tem como principal organização à frente o Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais (CBCISS) (Netto, 2011, p. 152). Este momento da renovação tem como principal característica a manutenção do arcabouço teórico do Serviço Social pré-1964, com algumas modificações modernizadoras:

No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais "tradicionais", não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses "modernos" donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (Netto, 2011, p. 155).

Por sua grande relação com o Serviço Social internacional e, considerando seu momento histórico de ocorrência, é possível perceber que ela foi a expressão de renovação que a autocracia burguesa permitia e pedia que se desenvolvesse (Netto, 2011, p. 156).

A segunda direção tomada neste processo foi a “reatualização do conservadorismo”, que ocorreu na segunda metade da década de 1970 e tem, além do CBCISS como organização à frente, as inquietações sistematizadas pelos cursos de pós-graduação recém inaugurados.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (Netto, 2011, p. 157).

O que esta vertente traz de renovação é seu esforço em buscar uma reatualização mais elaborada do arcabouço teórico utilizado pela profissão em seu período “tradicional”. Como uma característica do conservadorismo, como exposto anteriormente, utiliza-se de construções do passado renovadas, de forma que melhor se encaixem no tempo presente, mas que ainda tenham as mesmas fundamentações.

A terceira e última direção é a “intenção de ruptura” com o Serviço Social “tradicional”, que ocorre no início dos anos 1970: “[...] ela manifesta a pretensão de romper, quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (Netto, 2011, p. 159). Surge no curso de Serviço Social da PUC-MG a partir de uma experiência de rompimento com este tradicionalismo, e foi denominada de Método BH.

Tem como principais mobilizadores a realização do Congresso da Virada, em 1979, as mudanças de direcionamento teórico e político das organizações ligadas à formação (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social); as organizações políticas (sindicatos profissionais e suas instâncias de articulação - CENEAS e ANAS - que redimensionam os conselhos regionais e o nacional – CRESS e CFESS – e a produção de conhecimento da área.

Esta é a direção que ganha maior força no período de redemocratização brasileira e se consolida enquanto novo direcionamento teórico-metodológico e ideo-político do Serviço Social. Este movimento que, posteriormente, encaminha para a promulgação da Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993), do Código de Ética do Assistente Social de 13 de março de 1993 e das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS, feito com base no Currículo Mínimo aprovado em 1996.

É a partir desse momento histórico e deste movimento que a profissão consolida seu Projeto Ético-Político. Duas razões principais se relacionam para essa consolidação:

[...] primeiro, o processo de renovação do Serviço social brasileiro, que se abriu na virada dos anos 1970 para os anos 1980, teve prosseguimento nos meios profissionais – recorde-se que a profissão consolida seus avanços teóricos (a produção de conhecimentos), intensifica sua organização política (tocada pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS) e reformula e atualiza seus estatutos legais (a dimensão jurídico-política da profissão expressa na nova Lei de Regulamentação Profissional e no novo Código de Ética, ambos de 1993); segundo, porque foi justamente na virada da década de 1980 para a de 1990 que os movimentos sociais das classes trabalhadoras brasileiras, ainda que resistindo à ofensiva do capital e valendo-se dos avanços da década anterior, conseguiram galgar níveis de organização e de mobilização que envolveram amplos segmentos da sociedade, inclusive os assistentes sociais. Essa resistência, ancorada nos movimentos sociais e protagonizada por partidos de esquerda, destacadamente o PT (Partido dos Trabalhadores), foi decisiva para o avanço do projeto ético-político (Teixeira, et al, 2009, p. 15-16).

Em suma:

Pode-se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 1970. Esse mesmo projeto avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre (Teixeira e Braz, 2009, p. 13).

Um outro fator que contribuiu para a consolidação do projeto profissional foi a construção das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS em 1996, que buscaram garantir esta consolidação na formação profissional como forma de assegurar a formação de novos profissionais comprometidos com a continuidade do pensamento hegemônico crítico recente na profissão. É a partir desse momento que o Serviço Social incorpora hegemonicamente o pensamento crítico marxista em todos os âmbitos da profissão.

Mas antes de tratarmos de alguns aspectos da formação profissional hegemônica por este pensamento, apresentaremos de que forma as premissas pós-modernas se apresentam no Serviço Social. Como se aproximaram da profissão e de que forma conseguem se manter influentes, para que depois consigamos entender essa influência na formação profissional.

3.3 AS PREMISSAS PÓS-MODERNAS NO SERVIÇO SOCIAL

O processo histórico brasileiro, naturalmente, influenciou fortemente o Serviço Social enquanto profissão. Em nosso país, a ditadura burguesa militar impulsionou a categoria

profissional a se modificar e reorganizar a profissão e suas bases. Como já exposto, é nesse período e após o Processo de Renovação da profissão que o Serviço Social constrói seu Projeto Ético Político, que busca romper com o histórico conservador da profissão e a firmar enquanto aliada e pertencente à classe trabalhadora (Lima, et al, 2019, s/p).

Para esse autor, esses avanços possibilitaram o rompimento do Serviço Social com o Projeto da Modernidade em sua versão conservadora, por compreendê-lo como sendo um construto da classe burguesa, e, passa o Serviço Social à defesa do cariz revolucionário do Projeto de Modernidade colocando-se ao lado e na defesa da classe trabalhadora, a partir de um viés anti-capitalista, reconhecendo as contradições advindas da relação Capital x Trabalho, que geram as expressões da “questão social”, campo de atuação e enfrentamento (Lima, et al, 2019, s/p).

É a partir desse movimento que, mais a frente, quando a crescente do pensamento pós-moderno se alastra na sociedade e chega ao Serviço Social, ela encontra brechas na herança conservadora persistente para se infiltrar na profissão.

A falta de compreensão das transformações em curso, alinhada aos vestígios conservadores da profissão, faz com que o pensamento pós-moderno adentre e inflexione as três dimensões que dão corpo ao Serviço Social: ético-político; teórico-metodológica e técnico-operativo que se inter cruzam e se determinam (Lima, et al, 2019, s/p).

Isso pois o conservadorismo que influencia a profissão desde sua base não foi eliminado completamente, a herança conservadora permanece disputando espaço teórico-prático na profissão a partir de sua direção política contrária à hegemônica na profissão. Essa frente conservadora se atualiza a partir das mudanças na sociedade pós crise de 1970 e ganha força com novas manifestações do conservadorismo, como o pensamento pós-moderno.

O pensamento dominante no capitalismo contemporâneo — a ideologia neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna —, exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital. É dessa forma que a insegurança, a instabilidade e a fragmentação são disseminadas como componentes ontológicos constitutivos de uma etapa histórica intransponível: a “era pós-moderna” (Chauí, 2006; apud. Barroco, 2011, p. 206).

Sabemos que o conservadorismo se mantém na profissão, mas mais importante do que manter isso em mente, é perceber a forma como o pensamento conservador se atualiza, não só na sociedade, que é uma de suas características, mas também na profissão. As atualizações que acontecem para sua manutenção no Serviço Social são particulares à profissão pois devem responder às demandas da burguesia para o Serviço Social especificamente.

[...] conforme alerta Netto (1992), é preciso buscar as demais determinações componentes dessa relação entre o Serviço Social e o pensamento conservador ultrapassando as fronteiras da abordagem genérica, presente em grande parte dessas indicações. Com esse intuito o autor recupera o que chamei de "metamorfose" do pensamento conservador e suas influências no Serviço Social (Santos, 2007, p.50-51).

Com isso posto, devemos retomar o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro para relacioná-lo com a influência do conservadorismo e do pensamento pós-moderno agora de forma mais analítica. É a partir deste processo que se constrói nosso Projeto Ético Político que, como já posto, busca localizar o Serviço Social enquanto uma profissão que atua a partir das manifestações da “questão social”, se entendendo enquanto categoria como parte constituinte da classe trabalhadora e trabalhando à favor desta classe. Apesar disso, por fazer parte da classe trabalhadora, a profissão enfrenta as dominações, explorações e opressões que a burguesia impõe sobre os trabalhadores. Além disso, o Serviço Social é uma profissão que foi criada para responder às demandas do Estado e da burguesia, logo, para além destas opressões, a categoria profissional também se encontra em uma dualidade no seu fazer profissional.

A atuação profissional que se alinha ao projeto profissional hegemônico é aquela que, ao se deparar com as manifestações da “questão social”, as analisa e compreende de forma totalizante, e não moral e individualizante. Ao fazer isso, a categoria profissional se mantém em oposição às forças da ordem capitalista, forças essas que têm influência do pensamento conservador.

O ideário pós-moderno inflexiona o Serviço Social, por opor-se, em sua centralidade, a luta da classe trabalhadora na construção de uma sociedade para além do capitalismo. Os princípios que norteiam o Serviço Social fíncam-se na luta da classe trabalhadora, são princípios que propõem a emancipação política, mesmo sendo esta um projeto construído para além da ordem do capital (Lima, et al, 2019, s/p).

Por isso,

A totalidade proposta pelo Serviço Social, tanto na sua compreensão teórica, quanto no seu exercício profissional – compreendendo-as enquanto unidades que se fundamentam e imbricam-se – é negada e reificada pelo projeto pós-moderno por instituir a análise presenteísta, destituindo o fazer profissional do Serviço Social de suas mediações que compõem a totalidade para reforçar o discurso de que “na teoria à prática é outra” (Lima, et al, 2019, s/p)

Por crer no fim da Modernidade, o pensamento pós-moderno recusa o método que o Serviço Social se baseia, o método de Marx. Os pensadores pós-modernos negam a

possibilidade de se utilizar desse método pois acreditam no esgotamento da Modernidade e, com isso, no esgotamento de toda teoria criada neste contexto histórico.

A partir disso, traços conservadores da profissão ganham fôlego para se rerepresentar e disputar espaço na disputa do campo ideo-político da categoria. Este acirramento de disputas na profissão contribui também para reforçar

[...] o ecletismo historicamente existente na profissão, direcionando a utilização de qualquer método, sem qualquer compromisso com o real, a luz do discurso de que o marxismo está ultrapassado e não dá mais conta das transformações desencadeadas pelo desenvolvimento do capitalismo (Lima, et al, 2019, s/p).

A relação entre o Serviço Social e a Modernidade também é algo que se pode entender como uma relação dúbia. A profissão sempre apresentou características modernas e antimodernas, algo que também contribuiu para facilitar a entrada da pós-modernidade na profissão. “Se, por um lado, o sincretismo está plenamente sintonizado com a Modernidade burguesa e sua concepção de ciência, em termos ideológicos, por outro, o Serviço Social tem "um pé" no conservadorismo antimoderno” (Santos, 2007, p.68). A perspectiva do anticapitalismo romântico e do corporativismo na profissão são exemplos desses elementos antimodernos que sempre estiveram presentes na profissão.

Daí por que no Serviço Social as influências da crítica pós-moderna ao ideário da modernidade tendem a ecoar fértilmente: sua profissionalidade foi saturada de elementos antimodernos que, do ponto de vista ideo-teórico, se expressam no conservadorismo. Esse componente é o fio condutor da aproximação pós-moderna, ordenada pelo sincretismo e sua habitual ausência de reservas críticas (Santos, 2007, p. 69).

Isso porque

Além da ausência de criticidade, outro traço do sincretismo marca a produção teórica do Serviço Social e tende a ser reforçado com a pós-modernidade: as vulgarizações das teorias originais. Tratando-se das teorias pós-modernas — declaradamente ecléticas elas mesmas —, tal procedimento não só é ordenado pelo sincretismo, como também tende a reforçá-lo no terreno especificamente profissional (Santos, 2007, p. 71).

É por essa razão que

[...] as dificuldades não se mostram apenas no plano ídeo-teórico; elas se “alicerçam historicamente” nas modalidades concretas de produção e reprodução social vigentes no período de “crise e reação burguesa”, transbordando, ademais, para a esfera dos embates hegemônicos classistas. Daí porque as contendas que envolvem a pós-modernidade no Serviço Social

estão longe de encontrar saídas postas exclusivamente por resoluções teórico-filosóficas (Silveira Jr, 2016, p.168).

Ao pensarmos nessa aproximação do Serviço Social com o pensamento pós-moderno, neste caso, em um momento mais geral, podemos perceber duas vias pelas quais essa aproximação acontece:

Existem aquelas críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas, e existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação de "lacunas" e o aumento de sua potencialidade explicativa com os "paradigmas pós-modernos". No primeiro grupo, identifiquei uma crítica que, para além de investir na deslegitimação da direção teórico-metodológica, investe, sobretudo, contra a direção ético-política consolidada em oposição ao conservadorismo.

No segundo grupo, as críticas retratam igualmente "(embutidas) na polêmica teórico-epistemológica e operativa, [...] um conteúdo nitidamente ídeo-político" (Netto, 1996b). Entretanto, não expressam a inteira desqualificação do projeto ético-político e sim uma disputa (de cariz reformista) por hegemonia em seu interior, em que as mediações do direito burguês, especialmente sua concepção de democracia e cidadania, não são valores instrumentais e sim universais, ou seja, perdem o seu caráter de mediações e passam a ser finalidades da ação profissional (Santos, 2007, pgs. 87-88).

Podemos, então, relacionar estes dois grupos apresentados com os dois grupos de pensadores pós-modernos, aqueles de celebração e os de contestação. Percebe-se que o primeiro grupo apresentado por Santos, ao rejeitar o marxismo e absorver ao máximo a pós-modernidade, podem ser classificados como uma linha pós-moderna de celebração. A forma como este grupo se apresenta completamente em oposição à direção, não só teórico-metodológica, mas também ético-política hegemônicas da profissão demonstra a forma como o cariz conservador é celebrado e valorizado na herança da profissão.

Já o segundo grupo se enquadra naqueles pós-modernos de contestação pois, apesar de valorizarem a pós-modernidade e utilizarem desta teoria, não rejeitam completamente a construção teórica da profissão. Santos apresenta que a intenção deste grupo é superar "lacunas" que a teoria marxista não daria conta de preencher. Disputam a hegemonia da dimensão ética-política na profissão sem descartar completamente a dimensão teórico-metodológica.

Dentro deste grupo de autores que utilizam do pensamento pós-moderno como uma "complementação teórica", se apropriando deste epistemologicamente, uma das consequências que se apresenta em suas produções é uma análise cada vez mais endógena do Serviço Social.

Para aquele grupo de *autores que se reclama filiado à tradição crítico-dialética* na profissão, permanecendo, contudo, no nível de apropriação epistemológica deste referencial, *a adição da epistemologia pós-moderna reforça uma concepção de Serviço Social cada vez mais endógena*. Dito de outra forma, o acréscimo de mais este referencial teórico-metodológico *atualiza nestes autores a pretensão de que o Serviço Social construa objetos, teorias, metodologias-assertivas extremamente auto-centradas no interior da profissão* (Santos, 2007, p. 90, grifos da autora).

Além disso,

O Serviço Social, por sua vez, tem no conservadorismo um elemento central da sua constituição ideo-teórica e histórica, o que, somado ao sincretismo que lhe é igualmente constitutivo, torna-o um terreno bastante propício a proposições antimodernas e conservadoras, a exemplo do pensamento pós-moderno. O motivo de espanto é que, pela primeira vez após a reconceituação, o conservadorismo profissional não está restrito apenas ao chamado "campo da prática", onde é reconhecida a dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética (Santos, 2007, p. 110).

As manifestações do conservadorismo na profissão, neste momento, se expandem para além do exercício profissional e se manifestam também na produção teórica da categoria. Principalmente com a crescente influência do pensamento pós-moderno, que se manifesta nestes dois campos. Pode-se perceber que este pensamento tem se apresentado em diversos âmbitos do Serviço Social e, nesta pesquisa, nos debruçamos, em particular, em sua influência na formação profissional, apresentada a seguir.

3.4 O CONSERVADORISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Serviço Social, enquanto área de estudo, tem como sua protoforma um curso no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo, em 1932, para “jovens católicas, que buscaram criar uma associação de ação social” (Yazbek, 2009, p. 7). Posteriormente,

[...]o CEAS envia à Bruxelas na Bélgica Maria Kiehl e Albertina Ramos para realizar o Curso de Serviço Social. D. Odila já tinha formação social na Escola Normal Social de Paris. Mesclando, portanto, a visão francesa e a visão belga, em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se a primeira escola de Serviço Social no país. (Yazbek, 2009, p. 8)

Dessa forma, é notório a influência do Serviço Social Europeu, e posteriormente, nos anos de 1940, o Serviço Social estadunidense, na gênese da formação do Serviço Social brasileiro. Consequentemente, temos o conservadorismo na formação profissional, e não somente em sua institucionalização política e social, como visto anteriormente.

A análise sobre a formação profissional deve se fazer em conjunto com a conjuntura social, política e econômica do país naquele momento, por isso, ao pensarmos o Processo de Renovação do Serviço Social, todos estes aspectos influenciam na forma como a formação profissional estava sendo desenvolvida.

É este movimento que permite, a partir da criação do currículo mínimo e das diretrizes curriculares, a implementação do pensamento crítico como hegemônico no Serviço Social na formação profissional. Como consequência da relação entre a formação profissional e a conjuntura social, política e econômica, se apresenta um dos primeiros enfrentamentos que o conservadorismo impõe sob a renovação da profissão, a dita cisão, que existe na relação teórico-prática:

Este é um tema recorrente no campo do Serviço Social, pois, não raro, análises conservadoras reiteram que existiria um fosso entre um projeto de formação baseado na teoria crítica marxista e uma prática profissional que não incorporaria essas referências teóricas e incorreria em trabalhos profissionais conservadores e reiterativos (Boschetti, 2015, p. 638).

Apesar disso, a existência das expressões do neoconservadorismo e das premissas pós-modernas e seu avanço no campo da formação não pode ser justificado por esse afastamento, visto que, como já tratado aqui, o conservadorismo se faz presente no Serviço Social desde seu “primeiro dia de vida”. Isso ocorre, principalmente, porque as expressões do conservadorismo, como as do neoconservadorismo, estão presentes a todo momento na sociedade capitalista, são uma de suas principais armas de conservação, justamente por serem forças ideológicas contrarrevolucionárias e que trabalham para a manutenção do *status quo*.

No Serviço Social, a luta contra esse conservadorismo posto nos projetos formativos antes das mudanças curriculares de 1982 se materializou no Projeto Ético-Político da profissão, e essa luta se faz contra as expressões contemporâneas deste pensamento. Isso é necessário pois, dessa forma, podemos sinalizar que

[...] esses processos [de reatualização do conservadorismo nos campos econômico, social e ideocultural] são determinações fundamentais do avanço do conservadorismo, mas também revelam suas contradições internas e nos chamam a compreendê-las como requisito para construir nossa intervenção no campo da formação, do trabalho e da política (Boschetti, 2015, p. 640).

É preciso destacar, também, que o Serviço Social, além de surgir como uma profissão para controle da classe trabalhadora, surge também como uma profissão pragmática e subalterna às ciências sociais. Com o processo de desenvolvimento da perspectiva de “Intenção de Ruptura” e a consolidação da construção do Projeto Ético-Político, a profissão

vai rompendo com esses traços. Esse projeto só foi possível por quatro importantes processos que a profissão passou: a aproximação com o marxismo, a aproximação com os movimentos sociais, a superação do monopólio conservador e a organização profissional em entidades; momentos estes já apresentados anteriormente. Entretanto, gostaríamos de destacar uma construção importante de Boschetti (2015) sobre esse movimento:

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador, já apontadas. (Boschetti, 2015, p. 642)

Voltamos à necessidade de se pensar o momento histórico contemporâneo, no qual o Serviço Social, não exclusivamente, enfrenta uma onda neoconservadora que afeta, além de outros âmbitos da sociedade, a educação superior.

Após a Declaração de Bolonha (1999) - acordo entre 29 países europeus que buscava unificar a educação superior no continente europeu e estabelecer padrões acadêmicos internacionais, que tinha grandes intenções mercadológicas - a América Latina tem sua versão com o “Projeto Alfa-Tuning América Latina, de 2002, seguindo as mesmas orientações, cujo propósito é ‘aperfeiçoar as estruturas educativas da América Latina’ quanto a oferta de títulos, conhecimentos, habilidades e níveis de compreensão dos concluintes [...]” (Iamamoto, 2014, p. 627).

Estes discursos possibilitam cada vez mais o crescimento de instituições de ensino superior privadas, com cursos à distância, sem grandes preocupações com a formação crítica de seus discentes, e com intuítos mercadológicos. Funcionam como criadoras de um *exército intelectual de reserva* para o mercado de trabalho. Este crescimento exacerbado das instituições privadas é comprovado pelo CFESS na sua pesquisa “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional”:

[...] conforme revelam as respostas de 44.212 assistentes sociais participantes, que correspondem a 25% do total de inscritas/os ativas/os nos CRESS em dezembro de 2019. Do total, a maioria (52,97%) concluiu o curso em instituição privada com fins lucrativos, seguida de longe pelas instituições públicas federais (18,63%), instituições privadas filantrópicas (9,59%), instituições públicas estaduais (8,92%), instituições privadas confessionais (5,01%), instituições privadas comunitárias (3,52%) e, residualmente, em instituições públicas municipais (1,37%). Sob outro ângulo, a totalização de graduadas/os em instituições públicas chega a 28,91% contra 71,09% em instituições privadas, com destaque para as com fins lucrativos (CFESS, 2022. p. 49).

Com o crescimento das instituições privadas, a lógica mercadológica é aplicada na educação, criando universidades com:

O propósito é [de] compatibilizar o ensino superior com financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade aos interesses empresariais, explícita nas políticas de ciência, tecnologia e inovação, em tempos de mundialização do capital presidida pelas finanças (Iamamoto, 2014, p. 625).

Outra consequência que rebate na formação na contemporaneidade e que anda em conjunto com a apresentada anteriormente é que “os conceitos de profissão e formação específica, especializada, tendem a perder funcionalidade e desaparecer” (Koike, 2009, p. 4), logo, a desvalorização do trabalhador graduado tem dois fatores: o “exército intelectual de reserva” e a perda da sua funcionalidade enquanto trabalhador especializado. No Serviço Social, especificamente, este exército de reserva reforça “práticas do voluntariado e da precarização do exercício profissional” (Koike, 2009, p. 8).

Estes aspectos mercadológicos, que rebatem cada vez mais na educação superior, se manifestam, não exclusivamente no Serviço Social, na perda de qualidade das aulas e consequentemente no estudo dos discentes.

A qualidade da formação e a produção de conhecimento estariam ameaçadas pelo “aulismo” em detrimento da pesquisa, pela falta de formação de pesquisadores e de intercâmbio desinteressado (sem estar submetido à lógica comercial/lucrativa) com a sociedade (Koike, 2009, p. 9).

É essa relação que buscamos compreender, de que forma o neoconservadorismo influencia na formação em Serviço Social, analisando não somente sua influência na constituição e desenvolvimento do curso, mas também na educação superior como um todo, suas implicações gerais e específicas.

Em meio a estes enfrentamentos, o Serviço Social permanece lutando por seus embasamentos teóricos e, com isso, constrói um Currículo Mínimo, que, após muita luta no Conselho Nacional de Educação (de 1997 a 2001), é homologado, no formato de diretrizes gerais. Porém, a forma que as diretrizes são homologadas, são desconfiguradas e vazias do conteúdo do que foi inicialmente planejado para encaminhar as disciplinas do curso de Serviço Social (Koike, 2009, p. 17).

Ao suprimir princípios e conteúdos das matérias indicados para a formação do assistente social, precisamente o norte do projeto, as unidades de ensino

ficaram sem referência, sobretudo os novos cursos, facultando estruturar seus projetos pedagógicos segundo sua própria apreensão da direção e da lógica curricular (Koike, 2009, p. 16 apud Boschetti, 2004).

Nesse sentido não há como desconhecer questões vinculadas à apreensão da direção e da lógica curricular, dos fundamentos e categorias intelectivas pelas unidades acadêmicas, sem os quais as diretrizes se perdem no burocratismo e no formalismo, comprometendo o alcance histórico, teórico, ético-político, prático-operativo, pedagógico e organizativo que elas emprestam à formação profissional do assistente social (Koike, 2009, p. 17).

Retomando o que foi anteriormente explicitado, relacionamos a mercantilização da educação superior com esta fragilidade da implementação das diretrizes curriculares:

No contexto em que proliferam cursos com finalidade empresarial, o princípio da flexibilidade curricular, traduzida em simplificação e aligeiramento do processo formativo, encontram respaldo nos pareceres emitidos pelo órgão que coordena a política educacional, desconhecendo o projeto construído pela categoria profissional e suas entidades acadêmicas e organizativas (Koike, 2009, p. 16).

Dessa forma que, cada vez mais, os cursos de Serviço Social sofrem essa forte influência de mercantilização e, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são desvalorizadas por não possuírem peso jurídico de implementação. A partir disso, o neoconservadorismo e o pensamento pós-moderno vão abrindo cada vez mais espaço para avançar na profissão e em sua formação.

Apresentaremos, então, no próximo capítulo, de que forma as premissas pós-modernas se manifestam na formação em Serviço Social, inicialmente explicando sobre como o neoconservadorismo e o pensamento pós-moderno operam nas universidades de um modo geral e, posteriormente, nos debruçaremos sobre este pensamento no Serviço Social, na sua influência na formação, inclusive e nas produções teóricas na profissão.

4 NEOCONSERVADORISMO, PREMISSAS PÓS-MODERNAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: aproximações de seus impactos

Para compreender a influência do neoconservadorismo e posteriormente das premissas pós-modernas na formação profissional iremos, primeiramente, entender como o neoconservadorismo impacta nas universidades e nos cursos de graduação de um modo geral. Em seguida, explicitaremos seus impactos na formação em Serviço Social para compreendermos suas especificidades. Além disso, daremos ênfase para a forma como as premissas pós-modernas têm influenciado as produções teóricas do Serviço Social, de forma a compreender estes impactos em suas manifestações na formação profissional.

4.1 O NEOCONSERVADORISMO NAS UNIVERSIDADES

Como já apresentado anteriormente, a Declaração de Bolonha (1999) modificou a forma como as universidades mantinham seu funcionamento. Em 2009, o Brasil e outros 19 países foram convidados para participar do Fórum Político de Bolonha, que tinha como objetivo expandir as diretrizes da declaração e “criar um sistema de ensino superior mundial standardizado, de caráter global, para atender aos apelos da internacionalização da educação” (Boschetti, 2015, p. 644).

Esta relação poderia ser proveitosa se criada para mundializar o conhecimento, porém, com o caráter neoliberal da declaração, serviu para balizar as universidades mundialmente seguindo as três faces que a caracteriza.

[...] a face acadêmica [...] tem provocado a standardização/padronização como elemento para a integração dos jovens no mercado de trabalho, em um contexto de crise, com clara tendência de alinhamento da formação “por baixo” [...]. A face econômica, [...] sob um discurso de modernização, desburocratização e superação de uma “universidade arcaica”, vem sustentando a mercantilização, o economicismo, a “empresarialização”, o gerencialismo e a subordinação ao mercado e ao sistema produtivo. E a face política-cultural cria e consolida a cultura de uma nova concepção de universidade [...]: essa cultura sustenta que uma boa universidade deve ser barata (menos anos, menos custos), rápida (cria uma espécie de fast universidade, e defende que se faz o mesmo em menos anos), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), deve ter financiamento autossustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos e pagos para uma elite, doutorados curtos para docência e/ou pesquisa acadêmica e para demandas do mercado) [...] (Boschetti, 2015, p. 644-645).

A partir dessas características conseguimos perceber com facilidade suas similaridades com as concepções do neoconservadorismo. Estando alinhada não somente com o neoliberalismo, essas mudanças também promoveram uma entrada do neoconservadorismo mais facilitada nas universidades não só mundiais, mas, para nos aproximar do nosso objeto, nas universidades brasileiras especificamente.

A entrada do Brasil neste fórum em conjunto com as novas políticas públicas na educação superior e as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1997, geraram um contexto político e social extremamente favorável para a implementação de uma educação superior mercantilizada, em busca de responder às demandas do capital e, conseqüentemente, do conservadorismo (Boschetti, 2015, p. 645).

No contexto atual, a educação superior caminha para a consolidação da lógica empresarial e mercadológica na qual a academia, enquanto parte do processo de produção e reprodução social, é requisitada para fortalecer a ideologia dominante mediante uma dada produção científica e tecnológica que molde a força de trabalho à lógica burguesa [...]. A ênfase, no momento, é na privatização do ensino, na desobrigação do Estado para com o funcionamento das instituições públicas de ensino superior e no redirecionamento da produção científica para atender às demandas emergentes do mercado (Fonseca, 2016, p. 193).

Alguns indicativos apresentam o notável aumento das instituições privadas e da educação à distância, nos cursos de graduação mas, especialmente, no Serviço Social.

De acordo com o Censo do Ensino Superior, publicado pelo Ministério da Educação (MEC, 2013), em 2013 o Brasil contava com 7.037.688 alunos matriculados em 31.866 cursos de graduação. Esses cursos se concentravam em 2.416 instituições, sendo a esmagadora maioria privada (2.112 ou 87,41%) e somente 304 (12,59%) públicas.

De acordo com o mesmo Censo do Ensino Superior de 2013, o EAD conta com mais de 1,2 mil cursos a distância no Brasil e concentra aproximadamente 15% das matrículas de graduação.

O Serviço Social concentra o terceiro maior contingente de matrículas nos cursos de graduação a distância, conforme Censo do Ensino Superior, depois de Pedagogia e Administração [...].

Essa expansão atinge diretamente o Serviço Social, que saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e 150 mil em 2015, ou seja, em nove anos (2006-2015) alcançou um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006) (Boschetti, 2015, p. 645-646).

Buscando atualizar os dados sobre os cursos de Serviço Social em instituições privadas e EaD:

É interessante perceber o crescimento dos cursos ofertados à distância, que, de 2019 para 2022, especialmente, deram um “salto” de crescimento, quase dobrando o número de cursos EaD: de 74 (setenta e quatro) cursos em 2019

para 138 (cento e trinta e oito) cursos em 2022. Destaca-se que esse foi o 1º ano do governo Bolsonaro, que estabeleceu uma política de destruição da educação superior pública e notadamente contra qualquer tipo de educação de viés crítico. Outrossim, o período entre 2020 e 2022 também compreendeu a pandemia do Coronavírus, sendo um momento de oportunidades de ampliação dessa modalidade de ensino para as empresas que exploram a educação superior como negócio.

Enquanto os cursos EaD deram tal “salto”, os cursos presenciais privados de Serviço Social foram reduzidos de forma significativa a partir de 2019. De 2006 (176 – cento e setenta e seis cursos) a 2018 (360 – trezentos e sessenta cursos) tais cursos vieram em um movimento de crescimento. Em 2019, decresceram: caíram para 356 (trezentos e cinquenta e seis cursos), em 2019, e chegaram a 281 (duzentos e oitenta e um) cursos (Pereira, et al, 2025, p. 348).

É a partir desse alavancar dos cursos a distância que o neoconservadorismo encontra brechas que permitem a sua influência cada vez mais naturalizada. Barroco trata sobre formas de capacitação para assistentes sociais à distância, mas sua reflexão cabe não só para esses contextos de estudo mas também para as graduações e pós-graduações EAD.

Formas de capacitação que têm se desenvolvido através da utilização de meios virtuais, têm contribuído para retirar do ensino a possibilidade interativa exigida pelo conhecimento crítico. Cursos à distância, salas de discussão virtual, leituras virtuais, entre outras, são algumas das formas de reprodução do neoliberalismo contemporâneo: o indivíduo isolado e passivo diante de uma máquina se comunicando com imagens e ideias que substituem as relações humanas por relações entre objetos e imagens fetichizadas. Além disso, a utilização institucionalizada dos meios virtuais envolve inúmeras questões éticas, como a divulgação de dados sigilosos, além de permitir a possibilidade de plágio etc. (Barroco, 201, p. 214-215).

O neoconservadorismo anda alinhado ao neoliberalismo, como já visto antes, e esta dinâmica de estudo à distância favorece a sua ampliação nos cursos de graduação por retirar do aluno a possibilidade de troca com seus pares e professores. Ao trocar nas salas de aula, mas também nos corredores, os debates entre os estudantes permite que o conteúdo ministrado em aula seja melhor absorvido e internalizado.

Para além do neoconservadorismo, precisamos pensar também na influência do pensamento pós-moderno neste contexto histórico, econômico e cultural do ensino superior, para, depois, adentrarmos especificamente na formação em Serviço Social.

O cenário desafiante para a formação [...] inclui, ainda, o enfrentamento do debate sobre uma possível “crise paradigmática” nas ciências sociais que, ao se ancorar nas transformações societárias em curso, as explica como “novas dimensões” da vida cotidiana que “reclamam” por elaborações teóricas diferentes, não “aprisionadas” às determinações econômicas e sociopolíticas. Nesse sentido, propõe-se a revisão de categorias ontológicas na compreensão do ser social, como a totalidade e o trabalho, repercutindo necessariamente,

na base teórica que as fundamenta – o marxismo. A perspectiva pós-moderna que expressa essa busca por “novos paradigmas”, a partir da superficialidade do cotidiano, repõe tendências conservadoras, alinhadas à ordem do capital (Fonseca, 2016, p. 194).

Outra característica do pensamento pós-moderno que se espalha sobre a universidade é o irracionalismo:

O irracionalismo penetra nas universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno. Este contribui, ao lado do neopositivismo, para o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades [...]. Mas a incorporação do irracionalismo não decorre somente de opções ideológicas. São oriundas também da reprodução do senso comum, favorecida pela precarização das condições objetivas de trabalho, *de aprendizado* e de existência dos alunos e professores (Barroco, 2015, p. 633, grifo meu).

Percebemos, então, que o pensamento pós-moderno utiliza das suas concepções mais amplas, como a “crise paradigmática”, o ecletismo e o irracionalismo, também na sua entrada nas universidades e no ensino superior, de modo a promover a sua típica miscelânea de teorias. No caso do Serviço Social, com o intuito de cobrir as lacunas que o pensamento pós-moderno acredita existir no marxismo. A partir dessa exposição inicial, trataremos agora dos impactos da pós-modernidade na formação em Serviço Social.

4.2 OS IMPACTOS DAS PREMISSAS PÓS-MODERNAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nos atemos anteriormente às manifestações do neoconservadorismo nas universidades que, conseqüentemente, também se manifesta nos cursos de Serviço Social. Neste momento, iremos nos aproximar dos impactos da pós-modernidade especificamente em nossa formação para compreender como eles acontecem.

Alguns traços do conservadorismo avançam sobre a formação profissional a partir da incorporação do pensamento pós-moderno nas universidades e, conseqüentemente, nos cursos de Serviço Social. O metodologismo e o teoricismo acrítico trazem para a formação em Serviço Social grandes perdas de debates e lógicas de pensamento críticas, que promovem maior adensamento de conteúdo aos estudantes. Além disso, o aligeiramento da formação e da pesquisa, o pragmatismo, o voluntarismo e o contentamento com o possibilismo são mais algumas marcas conservadoras que adentram com força renovada a formação em Serviço Social, como forma de manutenção do status quo (Boschetti, 2015, 647-649).

Podemos perceber então, que é possível relacionar essas características que Boschetti (2015) nos apresenta com a entrada do Brasil no Fórum Político de Bolonha, explicitado anteriormente, e suas implicações no ensino superior. É evidente que esses dois movimentos estão relacionados e este último foi uma das razões pelas quais este conservadorismo e o pensamento pós-modernos conseguem avançar na formação em Serviço Social. Porém, não sendo o único motivo, devemos nos ater também às outras aberturas na formação profissional que permitem essa entrada.

No ano em que se comemoram duas décadas de construção das diretrizes curriculares, proposta engajada na defesa de uma formação socialmente referenciada – voltada para a apropriação qualificada dos fundamentos da vida social, do arcabouço categorial da crítica da economia política, dos estudos clássicos e contemporâneos dedicados a desvendar a particularidade brasileira, e as relações concretas e determinadas entre o Estado e as classes nessa formação social – com o horizonte de construção de quadros profissionais e intelectuais comprometidos na luta contra todas as formas de exploração e dominação, a crítica ao pensamento pós-moderno permanece como tarefa histórica candente e atual. Ainda mais urgente num cenário de aprofundamento da crise capitalista e avanço de uma deletéria agenda restauradora, empenhada em socializar os custos do recuo das taxas de lucros, reduzir os dispêndios com as políticas sociais e consolidar instrumentos legal-institucionais severos de contenção do movimento operário e popular, conduzindo-os para uma posição defensiva extremada (Silveira Jr., 2016, p. 181-182).

Temos, então, que mesmo com as diretrizes curriculares estabelecendo a nossa luta contra o pensamento pós-moderno a mais de duas décadas, essa luta ainda permanece atual. Isso porque a pós-modernidade funciona como mantenedor do sistema capitalista e, sendo assim, é contrário ao projeto profissional crítico que o Serviço Social defende. Ao “nadar contra a corrente”, a profissão enfrenta diariamente as forças de manutenção do sistema capitalista, e isso se apresenta também na sua formação.

É a partir da consolidação do Projeto Ético-Político profissional na década de 1990 - que teve as diretrizes curriculares como forte componente para sua efetivação - que a incidência pós-moderna surge como uma nova frente conservadora para atacar essa construção de pensamento crítico hegemônico que se estabelecia.

Vale ressaltar que essas proposições pós-modernas encontram espaço fértil no Serviço Social junto aos estratos conservadores da profissão que passam a se reagrupar. É preciso esclarecer que aqui falamos de segmentos distintos: conservadorismo clássico e neoconservadorismo (sendo o pós-moderno uma de suas expressões), que capitulam na direção da desqualificação da teoria social crítica, bem como do projeto societário que a subjaz, apontando para o adensamento do processo de alienação e, conseqüentemente, para o imobilismo social. Para Paulo Netto (2003) essa aliança entre as tendências

conservadoras da profissão e o neoconservadorismo pós-moderno no plano ideopolítico pode ser inteiramente viabilizada no plano mais amplo da cultura profissional, sobretudo, no que se refere ao âmbito teórico-analítico [...] (Cantalice, 2016, p. 248).

A pós-modernidade vai então adentrando a profissão e, no âmbito teórico-analítico, adentra também a formação profissional.

A perspectiva pós-moderna que expressa essa busca por “novos paradigmas”, a partir da superficialidade do cotidiano, repõe tendências conservadoras, alinhadas à ordem do capital. Tal reposição confronta-se diretamente com a orientação estratégica do projeto de formação profissional do Serviço Social e com as bases analíticas que a fundamentam. Vale lembrar que, entre os princípios orientadores dessa formação, constantes nas atuais Diretrizes Curriculares, está a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 61, apud. Fonseca, 2016, p. 194).

Em suma, ao relacionarmos as diretrizes curriculares com o Projeto Ético-Político, temos a teoria social de Marx como a que permite ao Serviço Social compreender a vida social em sua totalidade, compromisso firmado pela categoria neste projeto de profissão. A pós-modernidade entra em choque com esse compromisso ao questionar a teoria marxista.

No processo de fortalecimento da direção do projeto profissional, é necessário considerar as repercussões que o pensamento pós-moderno apresenta. Primeiramente, no plano do conhecimento, o ideário da pós-modernidade traz, como questionamento central, a validade teórica do marxismo e da razão dialética na compreensão do mundo em transformação, ou seja, trata-se de um questionamento que atinge o núcleo central do projeto profissional: sua opção pelo referencial marxiano/marxista, portanto, pela razão crítico-dialética (Fonseca, 2016, p. 204).

É por isso que, diferente do que se pode pensar pelo senso comum,

A ofensiva pós-moderna, ou o conservadorismo profissional não se encontra mais restrito ao chamado “campo da prática”, reconhecidamente uma esfera de maior dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética, ele já exerce forte influência no espaço acadêmico e, em particular, no Serviço Social. Já se constata um razoável número de autores e textos que circulam nessa órbita (SANTOS, 2007). A revitalização do conservadorismo na profissão vem trilhando a rota da descredibilização da tradição marxista via crítica pós-moderna e da deslegitimação do projeto ético-político profissional, com “possibilidades regressivas em termos das concepções de profissão e de projetos societários” (SANTOS, 2007, p. 112, apud. Fonseca, 2016, p. 207).

Dessa forma, percebemos que o pensamento pós-moderno se alastra pela profissão em todos os seus âmbitos e, para além disso, se manifesta de forma generalizada na formação atualmente. São essas manifestações que buscamos apresentar neste trabalho e, a primeira

delas podemos apresentar como as influências nas referências teórico-metodológicas da profissão, no campo do conhecimento.

No tocante ao conhecimento, as referências teórico-metodológicas começaram a sofrer interferências do intitulado “pensamento pós-moderno” que propunha uma reviravolta nos paradigmas das Ciências Sociais ao apresentar uma proposta explicativa e analítica das relações sociais divergente das propostas marxista e positivista. Os questionamentos do pós-moderno se dirigiam aos modelos explicativos embasados em “macroabordagens” da vida humana, produtores de macronarrativas, os quais desmereciam os valores e os sentimentos dos homens, o imaginário, as crenças, as afeições, a beleza, os saberes construídos no cotidiano, as etnias, as religiões, as diferenças culturais, as particularidades da vida. (YAZBEK, 2009, p. 19). Todos estes elementos “micro” da vida humana haviam sido desconsiderados pelos valores da Modernidade, em decorrência do seu apego à razão, que na verdade havia funcionado como ferramenta para oprimir os sujeitos, ao lado da ciência moderna. Esta não teria produzido a felicidade humana, sim a opressão. Ambos, ciência e razão tampouco teriam emancipado o homem. (YAZBEK, 2009, apud Araujo; Marinho, 2016, p. 223).

É essa concepção pós-moderna da racionalidade moderna que começa a se manifestar e afetar o campo do conhecimento no Serviço Social, abrindo espaço para que a teoria de “lacunas em aberto na teoria marxista” se expanda. Esta crítica da pós-modernidade nega o conceito de totalidade, o que prejudica a compreensão do método marxista, caso um discente se aproxime dessas influências pós-modernas.

A negação da totalidade por parte da pós-modernidade compromete uma aproximação coerente com o real ou qualquer ação guiada pela teoria, derivando daí o comprometimento da relação dialética entre teoria e prática. A concepção que entende a realidade atual como um amontoado de fatos cujas relações são mais ou menos “arbitrárias e passageiras” conduz aquela relação a um imediatismo/praticismo voltado para a eficiência das respostas profissionais (tecnicismo) às micro manifestações do cotidiano, reatualizando, assim, posicionamentos ideológicos e políticos do conservadorismo profissional (Fonseca, 2016, p. 215).

Como consequência:

[...] a influência do pensamento pós-moderno desqualifica a teoria social crítica – base teórica que fundamenta o projeto de formação profissional do Serviço Social e conduz à negação da perspectiva ontológica do ser social, negando, portanto, a relação dialética entre teoria e prática e referendando por conseguinte, o papel instrumental da formação profissional, expresso no fortalecimento de um perfil pragmático, vinculado e articulado às necessidades imediatas do mercado enquanto expressões das micro manifestações do cotidiano que reclamam por respostas práticas, atentas aos “novos” modos e estilos de vida que se impõem diante das mudanças do tempo presente. Modos e estilos que ganham visibilidade através das questões nacionais, culturais, ambientais, raciais, de gênero e do papel do

indivíduo enquanto protagonista dos processos sociais (Fonseca, 2016, p. 215).

Podemos perceber, então, que a influência da pós-modernidade na formação perpassa pelo campo do conhecimento, que pode ser apresentado aos discentes e, conseqüentemente, internalizado por eles. Por isso, acreditamos ser importante dar destaque à forma como o funcionamento dos cursos de graduação podem levar à essa introdução dos alunos ao pensamento pós-moderno, ou a forma como a fragilidade dos conteúdos críticos marxistas pode ser apresentada, gerando a fraca internalização e possível fragilidade em identificar as manifestações pós-modernas em conteúdos didáticos.

Como já apresentado, pensar as políticas públicas no ensino superior é importante para compreendermos de que forma a graduação sofre as influências das suas mudanças.

O redesenho das políticas sociais na direção da reforma conservadora do Estado afeta a área da educação, com destaque para o ensino superior, nível de formação dos assistentes sociais, logo uma mediação importante ao seu desenvolvimento [...]. No contexto atual, a educação superior caminha para a consolidação da lógica empresarial e mercadológica na qual a academia, enquanto parte do processo de produção e reprodução social, é requisitada para fortalecer a ideologia dominante mediante uma dada produção científica e tecnológica que molde a força de trabalho à lógica burguesa; distanciando-se, dessa forma, das possibilidades de compromisso com o interesse público [...]. A ênfase, no momento, é na privatização do ensino, na desobrigação do Estado para com o funcionamento das instituições públicas de ensino superior e no redirecionamento da produção científica para atender às demandas emergentes do mercado (Fonseca, 2016, p. 193).

Retomamos assim, o apresentado anteriormente sobre a mercantilização do ensino superior para compreendermos de que forma essas mudanças afetam a forma como as aulas são ministradas e, conseqüentemente, como a apropriação dos conteúdos apresentados se dá pelos alunos.

A disputa pela direção social da formação expressa uma disputa mais ampla que se dá no âmbito da sociedade como um todo. É nesse jogo de forças entre distintos projetos societários que os profissionais da docência em Serviço Social se colocam, assumindo posturas, fazendo opções teóricas e políticas as quais, na atual conjuntura, podem vir a fortalecer a reforma conservadora da educação superior e a expressão cultural afirmativa do desenvolvimento capitalista, a vertente analítica da pós-modernidade. Nesse caso, os impactos sobre a qualidade do ensino e, na particularidade do Serviço Social, sobre a materialização das suas Diretrizes Curriculares, são bastante problemáticos, tendencialmente representativos da completa descaracterização do projeto de formação profissional. Mas esses sujeitos [...] também podem apresentar estratégias de resistência a este processo, que referendem o projeto crítico da sociabilidade burguesa, aprofundando os vínculos do Serviço Social com os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da teoria social crítica moderna (Fonseca, 2016, p. 208).

Fonseca aborda, também, a forma como a realidade na sociedade capitalista afeta os docentes e discentes. A desvalorização profissional e o sucateamento e precarização das instituições públicas prejudicam, também, o processo de formação.

Do ponto de vista da formação profissional, todos esses dados de realidade tendem a direcioná-la a um processo de rebaixamento da sua qualidade, comprometendo, no caso da formação em Serviço Social, a sua direção social estratégica contrária à lógica da restauração capitalista e seus rebatimentos sobre a universidade pública brasileira. Uma vez rebaixada essa formação, suas possibilidades se voltarão para a busca por legitimidade, a partir da sintonia com as demandas imediatas do mercado de trabalho, procurando “oferecer-lhe” profissionais habilitados no trato emergencial e focalizados das expressões da questão social (Fonseca, 2016, p. 213).

Essa dinâmica de respostas às demandas do mercado de trabalho favorece para uma formação pragmática, que não aprofunda seus debates para além da aparência e forma profissionais que não se orientam segundo nosso Projeto Ético-Político, seja por escolha de não se alinhar, seja por fragilidade no seu arcabouço teórico. Por isso, a formação profissional necessita se alinhar ao tripé de ensino, pesquisa e extensão, para que a incorporação dos conteúdos pelos discentes seja proveitosa.

Além disso, a formação precisaria estar vinculada à pesquisa, à articulação ao pluralismo e à socialização com os profissionais atuantes no mercado de trabalho. Igualmente, os quadros docentes precisariam estar qualificados para realizar o ensino dos conteúdos referentes à tradição marxista, tanto em nível de graduação, como no de pós-graduação, mediante o conhecimento das fontes originais da tradição marxista e o reconhecimento da sua crise de implementação prático-política. Por último, o ensino deveria aproximar também o estudante de Serviço Social dos escritos originais de Marx, da fonte primária e não de interpretações e comentadores. (PAULO NETTO, 1991b, p. 91-93, apud. Araujo; Marinho, 2016, p. 222).

É aqui que adquirem sentido programas e bibliografias das disciplinas, o estudo, a pesquisa, os seminários, não como expressões isoladas de uma estrutura curricular, “mas como mediações importantes, na apropriação dos conhecimentos produzidos ao longo da história”. Apropriação que pode fortalecer uma formação profissional crítica e competente ou, simplesmente, reiterar o pensamento dominante (TAVEIRA, 2009, apud. Fonseca, 2016, p. 210).

Pode-se perceber a importância da estrutura e da qualidade da formação profissional na garantia do compromisso com o Projeto Ético-Político, uma vez que é na graduação, muitas das vezes, o primeiro momento no qual os futuros profissionais se aproximam com as teorias sociais de Marx, e buscam se apropriar dela para sua atuação profissional.

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político [...] (Barroco, 2011, p. 212-213).

Dessa forma:

O impacto do pós-moderno a partir de sua vertente neoconservadora deveria ser rechaçado pelo Serviço Social, a fim de não incorrerem em ações fundamentadas no imediatismo, no tecnicismo, nas análises realizadas apenas no âmbito da singularidade. Contudo, também poderíamos pensar neste impacto como mais uma expressão da contemporaneidade, revelada em sua face teórica e prática no âmbito das profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho (Araujo; Marinho, 2016, p. 232).

A partir do apresentado até o momento, torna-se importante analisarmos de forma mais específica como esses impactos acontecem, para além da formação profissional, nas produções teóricas da profissão, buscando compreender como acontece a influência da pós-modernidade neste campo, porque:

[...] é preocupante a constatação de que elementos estruturadores da ideologia pós-moderna estão sendo incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social. Se a produção do conhecimento expressa a extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social, nos cabe questionar diante das inflexões pós-modernas nela como estamos procedendo em larga escala à leitura de nossos objetos de investigação e de intervenção e, mais, de que forma e, em que direção, encaminhamos as respectivas respostas profissionais às requisições postas no âmbito da profissão (Cantalice, 2016, p. 251).

4.3 OS IMPACTOS DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO NAS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL

A influência do pensamento pós-moderno nas produções em Serviço Social nos leva a pensar na crítica que se faz à teoria social marxista, porém, vale apresentar antes disso, suas críticas também a outras vertentes:

[...] as críticas polarizam frontalmente com o marxismo enquanto teoria social que desenvolve a racionalidade dialética da Ilustração, com todo o seu potencial totalizante. Já com o positivismo, o embate não é tão substantivo assim. Embora as críticas à perversidade da razão, esboçadas anteriormente, sejam dirigidas, a meu ver, à racionalidade instrumental e manipulatória

típica do "paradigma" em questão, o embate, do pós-modernismo com o mesmo é mais superficial devido à centralidade meramente epistemológica. Isso porque, apesar da formalidade da racionalidade positivista, ela localiza na realidade empírica (portanto no objeto) as substâncias analisadas pelo sujeito cognoscente; já "para os partidários das correntes irracionistas, o conteúdo, a essência, a substância da realidade são meras atribuições dos sujeitos individuais" (Guerra, 1997 apud. Santos, 2007, p. 44)

A partir dessas considerações, a teoria social de Marx, mesmo sendo uma das, é a mais criticada pela pós-modernidade no Serviço Social no seu ponto de vista epistemológico, assim como nas ciências sociais.

[...] Paulo Netto (1996) sinalizava a emergência de críticas às correntes marxistas no campo profissional do Serviço Social, as quais faziam coro [...] com a pós-modernidade. Dizia que tais críticas despontavam, nessa particularidade, não como expressamente "antimarxista", mas defraudando: (1) uma reprovação à "ortodoxia" (entendida, no caso, como sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social – e essa reprimenda traduzia-se na requisição por revisões dirigidas no sentido de "ampliar", "abrir", "flexibilizar" a perspectiva teórica, incorporando interlocutores de gosto crítico (como Habermas e Foucault) e as tendências mais prestigiadas nos círculos acadêmicos e na indústria cultural; (2) uma queixa contra as lacunas (e não aos equívocos) presentes nos trabalhos daqueles autores – nesse caso, os argumentadores, constatando que a produção teórica da profissão dos anos 1980 não trabalhara em torno de um vasto rol de objetos (questões de gênero, de cultura, de minorias, etc.), insinuavam uma espécie de inépcia imanente às correntes marxista para enfrentar essas tais problemáticas. Em suma, dentro e fora do Serviço Social a pós-modernidade se insurgia confrontando-se com a tradição marxista, renunciando-a, sendo dela avessa ou propondo superá-la (Silveira Jr., 2016, pgs. 177-178).

Complementarmente:

[...] um traço que particularmente chama a atenção é o constante recurso da simplificação em relação à tradição crítico-dialética, operado com o intuito de demonstrar a "insuficiência" do marxismo na atualidade. Pode-se objetar a esta verificação, questionando em que essa característica particulariza o Serviço Social, já que nas elaborações originais pós-modernas recorre-se ao mesmo recurso (Santos, 2007, p. 85).

É por essa razão que a liberdade na escolha do método de utilização de cada autor, que é disseminada pelos pensadores pós-modernos, se encerra ao se deparar com o método de Marx. Por entenderem que o materialismo histórico dialético não dá conta mais de responder a todas as dinâmicas da sociedade atual, estes pensadores o rejeitam e defendem que a sua utilização se esgotou, assim como a Modernidade (Lima, et al, 2019, s/p).

Primeiro, parece ponto pacífico o fato de que a pós-modernidade se choca com a herança teórico-metodológica de origem marxiana (e engelsiana), e com o grosso da tradição marxista – em alguns casos, essa colisão emerge

sutilmente disfarçada como apropriação seletiva, ou atualização desfiguradora. Como é conhecido, o campo cultural que a pós-modernidade denuncia ultrapassado, vinculado ao legado do iluminismo, foi assumido criticamente pela tradição marxista, vale dizer: a razão dialética, o humanismo, a historicidade, a emancipação e o universalismo (Silveira Jr., 2016, p. 176-177).

A partir dessas críticas diretas, o pensamento pós-moderno passa, a partir dos anos 1990, a se manifestar na profissão, sendo um dos espaços de manifestação as produções teóricas. As manifestações dessa influência da pós-modernidade no Serviço Social se manifestam em duas vias que podem ser facilmente identificadas:

A primeira consiste na revitalização do conservadorismo por meio da absorção sincrética do irracionalismo pós-moderno. A segunda, mais sutil, porém igualmente ordenada pelo histórico traço sincrético do Serviço Social, aparece junto aos segmentos da vertente marxista que, na década de 1990, apresentam uma apropriação epistemológica desta teoria social, uma vez que esse veio é uma das bases privilegiadas do pensamento pós-moderno (Santos, 2007, p. 85).

É a partir desta primeira via, que utiliza do sincretismo na profissão, que o conservadorismo passa a ganhar novos espaços através da pós-modernidade. Na segunda via, apesar de se “disfarçar” mais, o pensamento pós-moderno também se alastra com a apropriação epistemológica da teoria crítica de Marx. Pode-se identificar, o papel do sincretismo na facilitação da entrada do pensamento pós-moderno na profissão.

A resposta está no fato de que, embora os autores pós-modernos "clássicos" se utilizem de simplificações para invalidar as "metanarrativas", no Serviço Social a tendência do sincretismo ideológico constitutiva do tecido profissional [...] somada à também já histórica afeição pelas dimensões "microsociais" da realidade social, potencializa a simplificação. Dito de outra forma: o que particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no Serviço Social são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais. Os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e conseqüente negação do sujeito) (Santos, 2007, pgs. 85-86).

Dessa forma, percebemos que são diversos elementos que favorecem a influência da pós-modernidade não somente na produção teórica da profissão, mas também em sua atuação, em sua categoria profissional. Essa mistura de influências gera uma interpretação equivocada do método marxiano e, conseqüentemente, de sua aplicação nas produções no Serviço Social.

A pesquisa realizada por Cantalice (2013), particularmente, demonstra um modesto, mais preocupante, abandono da utilização do método materialista histórico dialético, seja pela sua recusa, seja pelo desconhecimento de sua

utilização. Além disso, há uma incorporação do Serviço Social por intelectuais que vêm dialogando e reforçando o cariz pós-moderno, em detrimento das linhas teóricas que contribuem com o campo crítico, resultando em análises que não dão conta de deslindar as mediações e contradições da realidade.” (Lima et al, 2019, s/p)

Além disso,

[...] um razoável número de autores e textos que, incorporando de alguma forma a lógica pós-moderna, reanima traços do conservadorismo profissional. Os mais frequentes me parecem ser a endogenia, derivada da leitura fragmentada e epistemologista da realidade contemporânea que, ao ser transplantada para as concepções de Serviço Social, traz à tona o messianismo; e a velha requisição por modelos de ação profissional tecnicistas, consoantes às requisições imediatas do mercado de trabalho (Santos, 2007, p. 110).

Podemos perceber que o pós-modernismo influencia de diversas formas diretamente na produção teórica do Serviço Social, porém, existem também as influências que se apresentam de forma mais indireta. Estamos tratando aqui das correntes pós-modernas que se justificam a partir do ecletismo presente no Serviço Social para introduzir nas produções teóricas autores ou concepções pós-modernas como complemento das “lacunas” na teoria marxista.

Temos a partir do campo teórico de simplificação do marxismo, correntes que se afirmam antimarxistas e correntes que partem para o ecletismo, usando o argumento que a teoria marxiana não é mais capaz de explicar o todo da vida social a partir do que consideram como sociedade “pós-industrial” e partem para a construção de uma colcha de retalhos, usando colidentes teorias numa costura que às vezes até pode ser bem produzida, mas sempre incoerente em categorias analíticas. Daí temos presentes nas pesquisas e dissertações em nível de mestrado e doutorado, artigos e teses que reivindicam o materialismo histórico-dialético como método, mas dialogam com teorias pós-modernas. Dentre as mais utilizadas podemos citar Foucault e a também a teoria Queer, que será problematizada a seguir (Souza, 2019, p. 163-164).

Este movimento também pode ser incentivado a partir da mercantilização do ensino superior, tema já debatido neste trabalho, que neste caso, promove o aumento de pesquisas que utilizam do pensamento pós-moderno. Isso ocorre pois, o incentivo financeiro à pesquisas acadêmicas pode favorecer aquelas que se desenvolvem a partir da mesma concepção teórica que o sistema capitalista acredita ser a ideal.

Todo esse processo de precarização envolve, ainda, o rígido controle sobre o trabalho docente, ocasionando a perda da sua autonomia acadêmica. Tal perda se manifesta na falta de financiamento para a pesquisa: subordinada a convênios e editais, seus temas e objetos são enquadrados pelos interesses dos financiadores, alheios às necessidades da formação e da produção do conhecimento, bem como desinteressados pelo estudo de temáticas

contra-hegemônicas que alimentam o projeto de formação do Serviço Social (os interesses que predominam se alinham às necessidades do capital); na ampliação da função reguladora de órgãos como SESU e MEC; nas várias avaliações internas e externas do trabalho docente e dos conteúdos programáticos (via ENADE) (Fonseca, 2016, p. 212).

Exposta a forma como o pensamento pós-moderno se manifesta e influência no Serviço Social e em suas produções teóricas, retomaremos, em forma de síntese as duas formas como ele se expressa, para introduzirmos as construções de Cantalice (2016) em sua pesquisa sobre as formas como essas expressões se apresentam praticamente nas produções teóricas.

A perspectiva pós-moderna tem se manifestado na produção teórica do Serviço Social, sob dois aspectos: na revitalização do conservadorismo, via irracionalismo pós-moderno, e na apropriação epistemológica da teoria social crítica (Fonseca, 2016, p. 205). Face ao projeto profissional que então ganhava corpo, essas críticas – sobretudo as da segunda linhagem – colaboravam para o avanço de uma “tendência reformista” e o avigoreamento de uma concepção do Serviço Social cada vez mais endógena, além do reforço do seu sincretismo teórico-ideológico, jogando água no moinho do “reformismo conservador” (SANTOS, 2007). Em resumidas contas, temos aí as duas implicações da influência da pós-modernidade no Serviço Social: primeiro, o empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao Projeto Ético-Político; segundo, a maior imantação dos posicionamentos individualizantes e despolitizadores (Silveira Jr., 2016, p. 178-179).

Cantalice (2016) realizou uma pesquisa a partir de teses em Serviço Social, a fim de entender as manifestações do pensamento pós-moderno nestes trabalhos, como base para compreender de que forma essa teoria se espalhou pelas produções teóricas e estudos no Serviço Social. Primeiramente, a autora apresenta que existem dois tipos de incorporação do pensamento pós-moderno nas teses. Aqueles que incorporam de forma inconsciente, que utilizam de autores ou construções teóricas pós-modernas por falta de arcabouço teórico para compreender a concepção teóricas destes; e aqueles que o faz de forma consciente, por acreditar que as teorias pós-modernas e, muitas das vezes, os autores pós-modernos tratam de assuntos que não conseguem ser totalmente analisados a partir do método marxista (Cantalice, 2016, p. 251).

Mediante o processo de análise das teses foi possível identificar que muitos autores(as) não compreendem e não se apropriam suficientemente do próprio método escolhido para análise, o que significa que essa escolha se dá por motivos formais (exigência metodológica) ou políticos (congruência com os indicativos políticos da profissão) e não por clareza teórico-metodológica de que esse caminho é o melhor a seguir, mediante a certeza de que ao apanhá-lo é possível apreender a realidade investigada em sua complexidade [...]. O que nos leva a concluir que em alguns casos a pesquisa é realizada em alguma medida pela intuição. Já as apropriações conscientes ora são

justificadas em favor do ecletismo ora do relativismo metodológico - tendo em vista o "entendimento" de que as requisições postas à profissão, tanto em termos de elaboração teórico-metodológica quanto no que se diz respeito à prática, exigem respostas profissionais que não podem ser dadas luz do marxismo [...]. (Cantalice, 2016, p. 252).

A partir desse resultado podemos conceber que estas produções, conscientemente ou não, por serem teses de um curso de pós-graduação, servem como construção teórica profissional, base para pesquisas de discentes e assistentes sociais. Cria-se, assim, um problema tanto para a formação profissional quanto para a atuação profissional.

Para nós a assimilação da ideologia pós-moderna no âmbito da produção intelectual do Serviço Social gera uma tensão com a perspectiva crítico-analítica hegemônica na/da profissão - expressa nos termos de seu atual projeto ético-político profissional, tendo em vista o caráter regressivo daquelas ideias. Tal tensão traz efeitos negativos ao Campo da prática, já que a pós-graduação tem como tarefa fundamental, para além da formação de profissionais qualificados, subsidiar com pesquisas, reflexões teóricas e metodológicas o referido campo da prática (Cantalice, 2016, p. 233).

Para além dessas questões, devemos nos atentar também à forma como a pós-modernidade, ao negar o método de Marx, nega as dimensões da totalidade nas quais nossas análises devem ser baseadas e, por isso, fragmenta o objeto do qual as teses se apropriam.

[...] embora esse conjunto de teses parta de uma análise e de um referencial que proceda a sua investigação com base no real concreto – apanhando as determinações e os processos concretos da vida social – considerando o já exposto no campo da legalidade social (dimensão das universalidades), ao tomar os objetos em suas singularidades (dimensão do cotidiano) o faz “suprimindo” o espaço das particularidades (dimensão das mediações) que ligam, por sua vez, esses objetos singulares à dimensão da universalidade. Dessa forma, afastando do raio de suas análises os processos e referenciais macrossociais que sustentaram inicialmente o processo de problematização de suas investigações, reduzindo as suas análises à dimensão do fragmento, do caso, do individual, da superfície e do imediato – como se os objetos se autoproduzissem e se auto explicassem (Cantalice, 2016, p. 254).

Por fim, mostra-se importante destacar a forma como a pós-modernidade influencia as

orientações, principalmente, “individualizantes e despolitizantes”. E isso, tanto devido ao encerramento no fragmento, nas relações microscópicas, nas singularidades, quanto à recusa da vigência dos sujeitos classistas e suas lutas, da efetividade dos antagonismos estruturais, da persistência das legalidades histórico-estruturais do sistema do capital. A “individualização e a despolitização” das relações sociais, se sabe, são componentes fulcrais do conservadorismo, em qualquer de seus segmentos (clássico ou moderno), fazendo par com a “desistoricização e a psicologização” (PAULO NETTO, 2005 apud., Silveira Jr., 2016, p. 178).

Podemos relacionar este movimento que a pós-modernidade influi nas relações de classes para retomar o que foi dito anteriormente. Esta individualização da luta de classes promovida pela pós-modernidade funciona como um incentivo para as forças neoconservadoras da ultradireita - que se desenvolvem acentuadamente no cenário político nacional pós 2016, principalmente depois com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência ⁹- se expandir em meio à classe trabalhadora.

Aqui, a título de reflexão conclusiva, se retoma a discussão realizada ao longo deste texto sobre a aderência de segmentos das classes subalternas e trabalhadoras a esse conservadorismo protofascista e conservador [...]. Entre a investida contra a direção social estratégica do Serviço Social brasileiro ocorrida na última década do século XX (por meio do conservadorismo pós-moderno) e esta que se principia agora no primeiro decênio do século XXI (operada por um conservadorismo reacionário de matizes fascistas), há de certo um determinante histórico comum: a ofensiva neoliberal (Mota; Rodrigues, 2020, p. 208).

A partir dessa reflexão conseguimos compreender, também, que os defensores recentes do neoconservadorismo na profissão são, agora, segmentos dos jovens e dos estudantes que, mergulhados nesta onda neoliberal e neoconservadora arquitetada pelo sistema capitalista, incorporam este discurso de forma acrítica.

Basta lembrar que, ao tensionar as bases teóricas do pensamento materialista e dialético e reiterar o ecletismo em oposição ao pluralismo, as ideologias pós-modernas vêm, desde os anos 1990, negando por outros caminhos a cultura profissional herdeira do processo e projeto da virada, emblemáticos da renovação do Serviço Social brasileiro.

Os defensores desse neoconservadorismo profissional não são os mesmos dos anos 1990. Os conservadores atuais são jovens, emergiram no ambiente do antipetismo e do bolsonarismo, cujo combate à cultura da renovação profissional se sustenta em argumentos simplórios, anti-intelectuais e calcados no senso comum, como já aventado aqui. (Mota; Rodrigues, 2020, p. 207).

Isso demonstra a necessidade de fortalecer, cada vez mais, dentro da profissão a necessidade de articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas alinhadas ao Projeto Ético-Político profissional, de forma a conseguirmos

⁹ Não temos dúvida que, a partir do governo Bolsonaro, as forças ideológicas do pensamento neoconservador se transvestem de um reacionarismo fascista (acompanhando a onda da ascensão da ultradireita em vários países), o que acentua radicalmente suas forças nas relações sociais na sociedade brasileira. Em consequência, acentua os desafios para o enfrentamento dos valores e concepções e mundo reacionários também no âmbito da profissão. Para um panorama dessas ofensivas valorativas ver Barroco (2015).

combater o avanço do neoconservadorismo e das premissas pós-modernas, na formação e na atuação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto neste trabalho de conclusão de curso pudemos compreender de que forma o conservadorismo surge e se desenvolve na sociedade capitalista até chegar em sua expressão mais recente e um dos focos dessa análise: as premissas pós-modernas. Comprendemos também de que forma este desenvolvimento se deu em conjunto com o desenvolvimento do Serviço Social.

Com base nas análises realizadas, levo-me a concluir que as expressões do pensamento pós-moderno no Serviço Social podem ser entendidas como atualizações da herança conservadora persistente que acompanha a profissão e que, este acompanhamento, se dá por conta do movimento contracorrente que a profissão defende desde seu Processo de Renovação. O nosso Projeto Ético-Político vai de encontro ao padrão de produção e reprodução capitalista, conseqüentemente, nosso arcabouço teórico sempre estará na defesa da queda deste sistema e, por isso, sempre enfrentará tentativas de desmobilização.

Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Essas ações só ganham densidade se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas (Barroco, 2015, p. 364-635).

A escolha de analisar as influências da pós-modernidade na formação profissional trouxe reflexões importantes para o debate que buscamos fomentar. É a partir da formação que defendo ser o caminho inicial, o “pontapé inicial”, para o fortalecimento profissional contra os impactos que o neoconservadorismo coloca à profissão, pois “[...] a crítica ao pensamento pós-moderno permanece como tarefa histórica candente e atual. Ainda mais urgente num cenário de aprofundamento da crise capitalista e avanço de uma deletéria agenda restauradora, [...]” (Silveira Jr., 2016, p. 182).

Por que tornar o pensamento pós-moderno como o “fruto proibido” do Jardim do Éden do Serviço Social? Por que não aprofundar as discussões em sala sobre os autores pós-modernos? Por que não explicitar os limites do pluralismo e do ecletismo com clareza? (Araujo; Marinho, 2016, p. 232).

É necessária essa aproximação para discussão pois

[...] a incorporação tanto acrítica e arbitrária quanto consciente da ideologia pós-moderna no interior do Serviço Social pode significar em longo prazo

um processo regressivo em termos de formação, projeto e consciência (Cantalice, 2016, p. 234).

É por isso que a formação em Serviço Social deve fortalecer cada vez mais o estudo dos fundamentos do Serviço Social para combater os avanços do atual neoconservadorismo na formação e atuação profissional. Este combate deve acontecer em todos os âmbitos: desde a atuação profissional; na formação, em que se valorize os fundamentos da profissão e sua importância histórico-ontológica e teórico-filosófica.

É, pois, da aproximação à razão crítico-dialética e da apropriação dos seus fundamentos teóricos, éticos e políticos que se põem as possibilidades de enfrentamento das marcas históricas do Serviço Social: o tradicionalismo, conservadorismo e o sincretismo, e, no plano teórico, o ecletismo (Fonseca, 2016, p. 204).

Outro aspecto importante de se fortalecer na formação profissional, é a apropriação do método marxista.

Podemos inferir que em alguma medida a falta de apropriação do método crítico dialético no interior do Serviço Social – a despeito dos influxos marxistas na profissão desde o processo de renovação – é uma das portas abertas ao campo de apropriações indiscriminadas não só das elaborações pós-modernas, mas também de outras vertentes teórico-metodológicas (Cantalice, 2016, p. 254).

Para além da consolidação teórico-metodológica através do estudo dos fundamentos do Serviço Social,

só conseguiremos consolidar politicamente o nosso projeto, na direção social pretendida, se tivermos uma base social de sustentação; logo, é fundamental a articulação com os partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores, com os movimentos populares e democráticos, com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos (Barroco, 2011, p. 212).

É por isso que:

No processo de resistência vem se afirmando o papel de um sujeito coletivo, a ABEPSS, que foca sua atenção no desenvolvimento da formação dos assistentes sociais, em articulação com a direção impressa no projeto das Diretrizes Curriculares de 1996. A atuação dessa entidade corresponde, pois, a uma importante mediação na relação entre realidade e formação profissional (Fonseca, 2016, p. 214).

Dessa forma, conclusivamente, para o enfrentamento ao neoconservadorismo e às premissas pós-modernas na formação é essencial: o fortalecimento teórico-metodológico, através da apreensão do método materialista histórico dialético; a valorização das disciplinas

de fundamentos, de modo a permitir a compreensão dos fundamentos histórico-ontológicos e teórico-filosóficos do Serviço Social pelos alunos; fortalecimento político da profissão através de suas categorias profissionais e de suas relações com os movimentos sociais.

Por fim, Barroco (2011, p. 215) diz: “Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura”, por isso, devemos sempre lutar enquanto categoria profissional pela perpetuação das lutas democráticas, pelo marxismo, pelo socialismo e pela manutenção do nosso projeto de profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Yashmin Michelle de Ribeiro; MARINHO, Cristiane Maria. *Pensamento pós-moderno e formação profissional em Serviço Social*. Temporalis, Brasília (DF), v. 16, n. 31, p. 219-236, 2016.
- BARROCO, Maria Lúcia S. *Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205–218, abr./jun. 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia S. *Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 623–636, out./dez. 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Expressões do conservadorismo na formação profissional*. Serviço Social & Sociedade, p. 637-651, 2015.
- BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. *O projeto ético-político do Serviço Social*. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.
- CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. *O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional*. Temporalis, Brasília (DF), v. 16, n. 32, p. 231-259, 2016.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional*. Brasília (DF). 2022.
- DE CASTRO, Marina Monteiro; et al. *A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Libertas, v. 11, n. 2, 2011.
- FONSECA, Cleomar Campos da. *O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno*. Temporalis, v. 16, n. 31, p. 189-218, 2016.
- GUERRA, Yolanda. *Elementos para uma crítica ontológica das "filosofias" e de seus fundamentos*. In: Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. São Paulo: Socialis, 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro*. Serviço Social & Sociedade, p. 608-639, 2014.
- KOIKE, Maria Marieta. *Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais*. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-18.
- LIMA, Ingridy Lammonikelly da Silva; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de; PAIVA NETO, José Rangel de. *Os desafios do serviço social frente ao pensamento pós-moderno: crítica à ilusória concepção burguesa de realidade*. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 12222–12234, ago. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/aideologiaalema.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2025

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 317–323.

MOTA, Ana Elizabete. *Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista*. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 11, n. 1, p. 51-67, jan./jun. 2009.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. *Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário*. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199–212, maio/ago. 2020.

NETTO, José Paulo. *Crise do capital e consequências societárias*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 413-429, 2012.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87–132, abr. 1996 .

NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. *Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade*. 2021. 421 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2021.

PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; AZEVEDO, Ingridilaine Carreiro de Oliveira. *Cursos de Serviço Social no período 2006-2022: expansão e fragilização da formação*. TEMPORALIS , v. 25, p. 343-360, 2025.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época).

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. *A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise*. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p. 167–188, jan./jun. 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. *O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 199-223, 2015.

SOUZA, Thiago Dehon de. *Ambiência pós-moderna, ensino superior e formação em Serviço Social: a hegemonia do pensamento crítico-dialético posta à prova*. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2019.

TAVARES, Maria Augusta. *Marx, marxismos e Serviço Social*. Revista Katálisis, v. 16, p. 9-11, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo*. Libertas, v. 20, n. 2, p. 293-306, 202.